

Sarney ganha apoio para resistir ao FMI

As eleições nas capitais

Em Recife Jarbas Vanconcelos sai pelo PSB mas com apoio da maioria dos peemedebistas e de uma vasta coligação partidária para enfrentar as oligarquias da zona canaveieira.

Rio de Janeiro: a atitude despótica de Brizola contra uma greve faz explodir os descontentamentos represados dentro do PDT e gera crise na candidatura de Saturnino.

Em Goiânia o candidato Daniel Antônio volta ao PMDB, agora com o apoio do governador, para derrotar a máquina direitista de Irapuan Júnior e é de longe o favorito.

Página 4

Os governadores dos 26 Estados e Territórios do país hipotecam "solidariedade" aos "pontos básicos" do programa de mudanças da Nova República, inclusive a questão chave da dívida externa. Pode ser um começo de conversa para o presidente Sarney conseguir consistência para a base de sustentação de seu governo, que é ampla, mas fluída e instável. Página 3.

General manda espionar quem é contra o latifúndio

O ministro do Exército mandou o SNI investigar a ideologia dos funcionários do Ministério da Reforma Agrária. Pág. 3

Previdenciários em greve querem salários dignos

A greve paralisa os serviços do INPS em 12 Estados. Foi atacada pela reação mas mostra que os funcionários estão passando fome e recebendo salários inclusive inferiores ao mínimo. Veja na pág. 7

EDITORIAL

Intenção e ação

"Não temos recursos" - é o que ouvem os funcionários da Previdência ao exibirem seus hollerits com cifras irrisórias exigindo salários dignos. O mesmo argumento é usado para cortar os orçamentos das empresas estatais, provocando recessão econômica e desemprego.

Mas será que diante dos arrogantes banqueiros internacionais, que escravizam o país ao pagamento da dívida externa, com juros estorsivos, adota-se a mesma atitude? Aí sim, deveríamos ouvir a voz forte do governo, com respaldo entusiástico da nação: "Não temos recursos!"

O Exército pede ao SNI que espione os funcionários brasileiros, do Ministério da Reforma Agrária. Mas bate continência para os funcionários estrangeiros, do FMI, que vêem vasculhar as nossas contas e trazer ordens dos credores americanos, europeus e japoneses, sobre os rumos da economia brasileira. Também aí era preciso uma ação enérgica, de todas as forças, para proteger a soberania nacional.

A Nova República já manifestou a intenção de resistir ao FMI e de não permitir que a dívida, contraída pelo regime militar de traição nacional, continue a atravancar o desenvolvimento do país. Já tratou inclusive de proibir que as missões do FMI circulem pelo Palácio do Planalto, prática adquirida no tempo do general Figueiredo. Mas faltam atitudes mais firmes, medidas concretas que impeçam com urgência a sangria de divisas para o exterior.

É verdade que o governo Sarney ainda se ressentido de um apoio acanhado e fluído dos setores democráticos em geral - para não falar das ações desestabilizadoras de alguns. É também ainda precária a organização das forças populares para respaldar a Nova República.

Mas no terreno democrático, a reunião dos governadores no Palácio da Alvorada já se consti-

tuiu numa importante iniciativa política, destinada a ter repercussões a curto e médio prazo. E o povo nunca faltou aos que defendem o progresso, a independência nacional e a liberdade.

Pesquisas recentemente realizadas indicou que o povo considera que hoje o principal problema do país é a dívida externa. Existem portanto condições favoráveis para promover um amplo movimento, mobilizando a opinião pública, para resistir ao capital estrangeiro.

Os funcionários públicos, por exemplo, não deixariam de apoiar o rompimento com o FMI e garantir a libertação do país dos grilhões dos juros e amortizações da dívida externa. Mas, por outro lado, exigem com razão que o governo negocie com eles, no mínimo, um plano para restaurar o poder aquisitivo de seus salários, arrojados por imposição do FMI. Na medida em que o governo agir contra a opressão imperialista, os brasileiros estarão solidários e prontos à luta.

O ministro da Fazenda declarou que não podemos tomar posições "românticas nem conformistas". Mas até agora não houve nenhuma iniciativa para esclarecer os trabalhadores quanto deve o Brasil, onde foram aplicados os recursos dos empréstimos, quem os pediu e em que condições. Nem mesmo os resultados da CPI que funcionou no Congresso Nacional sobre o assunto foram amplamente divulgados. Só assim o povo poderia opinar sobre o rumo das negociações a serem feitas com os credores. Não se pode dar carta branca ao sr. Dorneles e pedir ao povo que engula.

O Brasil espera que o governo passe das intenções para a prática. O presidente Sarney prestará um inestimável serviço ao povo e à nação se decidir aplicar no desenvolvimento do país os bilhões de dólares que atualmente são abocanhados pelos magnatas das finanças internacionais.



Alagoas apresenta dirigentes comunistas

Em ato na Assembléia Legislativa o PC do B apresenta sua direção provisória em Alagoas e anuncia o apoio ao candidato a prefeito de Maceió pelo PMDB, Djalma Falcão. Em Salvador, Bahia, será realizada a primeira Convenção Municipal do Partido Comunista do Brasil. Página 4.

Caro leitor da Tribuna

Uma das formas da burguesia manter a dominação sobre o povo e o monopólio da informação. Muitas dificuldades são criadas para a imprensa popular. A Tribuna Operária só sobrevive porque contamos com a colaboração voluntária de trabalhadores de todo o país. Mesmo assim, somos obrigados pela inflação a aumentar o preço do jornal. Temos certeza que continuamos a contar com seu apoio.

Foto: Yone Simidzu

Multis contestam política de Sarney

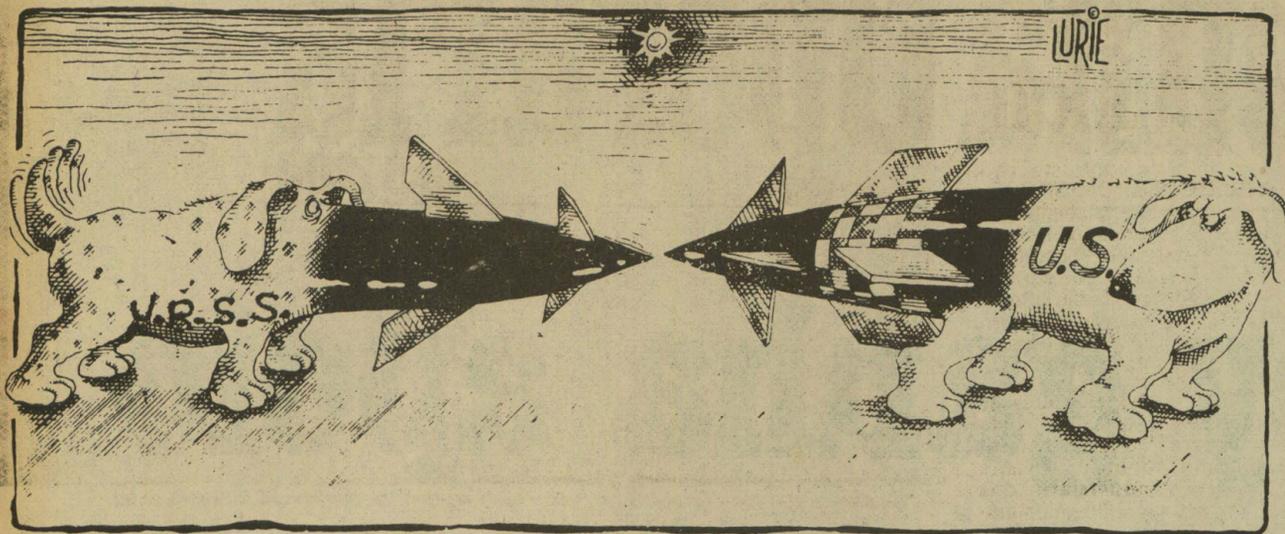
O grande capital não está gostando da orientação econômica da Nova República. Exige que o Brasil continue seguindo à risca o receituário do FMI. Mas não admite que se conteste seus lucros. Pág.



Privatização ameaça

Os trabalhadores do porto de Santos

Centro de Documentação e Memória do Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Santos. A categoria prepara sua resposta. Pág. 11



Agressão e hegemonismo soviéticos

Na semana passada comentamos as "mudanças" que Gorbachev está implementando na economia soviética. Neste número abordamos aspectos relacionados com a política externa que, segundo alguns, mudará com a nomeação do novo ministro das Relações Exteriores, Eduard Chevardnadze.

Dentre as mudanças na cúpula do Krêmlin operadas no mês passado, a que mais chamou a atenção e foi alvo das especulações dos observadores internacionais e dos chamados "kremlinólogos" foi a substituição de Andrei Gromiko no cargo de ministro das relações exteriores por Eduard Chevardnadze, tido como de confiança pessoal de Gorbachev. O fato foi visto como ponto de partida para a promoção de mudanças na política externa soviética. Afinal Gromiko deixa o cargo, após 28 anos responsável pela execução da política externa soviética, durante as gestões de todos os dirigentes revisionistas, de Krushev e Tchernenko.

CONTATOS IMPERIALISTAS

Desde que foi guindado à condição de secretário geral do PCUS, Gorbachev procura dar a impressão de que na sua "era" algo de novo vai acontecer na frente externa. Em seus discursos e entrevistas, tem assinalado que acredita na possibilidade de entendimentos entre as grandes potências e manifestado sua confiança de que "pelo caminho do diálogo será possível conjurar o perigo de guerra".

Nos quatro meses de sua gestão, Gorbachev recebeu os chefes de Estado da Itália e da Índia e se prepara para visitar o presidente francês François Mitterrand em outubro. E, depois de infundáveis discussões diplomáticas e vaivéns de embaixadores, foi afinal marcado o "encontro de cúpula" com o chefe da Casa Branca, previsto para os dias 19 a 21 de novembro.

Mas, até agora, o que Gorbachev tem feito é repetir velhos gestos, bater na mesma tecla e produzir os mesmos acordos desafiados de seus predecessores. Logo que assumiu, Gorbachev fez seus diplomatas retornarem às conversações sobre limitação de armas nucleares, que estavam suspensas desde 1983. Propôs a "Moratória Nuclear", segundo a qual será suspensa a instalação de mísseis SS-20 durante seis meses, desde que os EUA e os países membros da OTAN façam o mesmo em relação à instalação de mísseis Pershing na Europa Ocidental. Enquanto isso, aprofundou-se o impasse na medida que o imperialismo norte-americano insiste na aplicação do aventureiro programa "Guerra nas Estrelas" e a URSS, para não ficar em desvantagem, procura incluir tal projeto na pauta de negociações em curso.

ENCONTRO COM REAGAN

Tudo isso desembocará no "Encontro de Cúpula" de novembro, evidenciando mais uma vez que "Moratória Nuclear", "Negociações sobre Armas Nucleares", "Discussão sobre Guerra nas Estrelas" e temas semelhantes não passam de lances de rivalidade interimperialista entre as duas superpotências, com um só escopo: obter a superioridade militar para, através dela, alcançar a hegemonia mundial.

Quando se trata do imperialismo norte-americano, este objetivo aparece cristalinamente, dada a política abertamente agressiva de Ronald Reagan. Quando se trata de URSS, porém

nem sempre isto é claro, pois tudo vem encoberto com frases pomposas sobre a paz, a defesa dos povos e a vitória do socialismo. O novo Ministro das Relações Exteriores da URSS, em entrevista concedida ao jornalista brasileiro Haroldo Cerqueira Lima, declarou (em 1983, antes de virar ministro) que a potencialidade bélica da URSS é "indispensável para rechaçar a política militar imperialista, tanto que se não fosse o alto nível de defesa da URSS e da comunidade socialista, por certo o imperialismo já teria tomado conta do mundo".

ARMAMENTISMO DESENFREADO

Mas a hipocrisia desta e de outras declarações, inclusive do dirigente máximo do Krêmlin, vem à tona com outras declarações de militares engalanados e carrancudos, e com os atos concretos do governo soviético. Eis o que disse o marechal soviético Viktor Kulikov, chefe das Forças Armadas do Pacto de Varsóvia: "A URSS é suficientemente poderosa para não permitir que outro país a supere militarmente. Se os EUA prosseguem aplicando seu programa de defesa espacial, só nos restará tomar as medidas necessárias. Estamos dispostos a aceitar o desafio da Guerra nas Estrelas". Recentemente, anunciou-se em Moscou que a URSS reforçou seu arsenal nuclear com a produção de mísseis intercontinentais SS-25, de alcance superior a 10 mil quilômetros. Outro fato ilustrativo foi a renovação por 20 anos, prorrogáveis por mais de 10, do Pacto de Varsóvia, organização agressiva que, sob a capa "ajuda à comunidade socialista", na verdade é o braço armado da superpotência soviética para jungir os países do leste europeu e perpetrar novas agressões e golpes, a exemplo de

Checoslováquia, Afeganistão e Polônia.

É este o fulcro da política externa de Moscou: a luta obsessiva pela superioridade militar, o que conduz à intensificação da corrida armamentista e ao reforço dos seus instrumentos de agressão.

ZONAS DE INFLUENCIA

Além das questões estratégicas globais, a direção revisionista soviética colocará em sua agenda para o encontro com a cúpula da Casa Branca, a discussão sobre diversos "conflitos regionais", incluindo o Oriente Médio, a Ásia e a América Central. Isto mostra o que é o "internacionalismo proletário" dos revisionistas soviéticos. Para eles os destinos dos povos devem ser negociados entre os dois grandes.

Tudo isso se enquadra no objetivo de manter zonas de influência chamadas de "interesse vital". A URSS defende seus "interesses vitais" tentando justificá-los com teses do tipo "comunidade socialista", "soberania limitada" e enviando seus tanques para os "países irmãos" ou que no seu parecer, pertençam às áreas de seu "interesse vital". É isto que motiva a presença militar soviética, diretamente ou por interpostas vias, em países como Angola, Yemen, Etiópia, Afeganistão e Cuba. Agora, a URSS, no quadro de sua rivalidade com os EUA, pretende instalar-se militarmente no Mediterrâneo.

Nesse quadro, vê-se que as "mudanças" que Gorbachev implementará na política externa soviética caminham, no sentido não de torná-la um baluarte de paz, mas no sentido de torná-la ainda mais agressiva e hegemônica.

José Reinaldo de Carvalho

Revisionistas da Polônia querem acordo com FMI

O governo revisionista da Polônia assinou no dia 15, com o Clube de Paris, um acordo para reescalonar 12 bilhões de dólares da sua dívida externa (atualmente na casa dos 27 bilhões de dólares). Com isto pretende-se abrir caminho para a obtenção de novos empréstimos de 1 bilhão de dólares e a reintegração ao FMI com o qual o país rompeu em 1945. O fato constitui um dos indicadores da inegável caráter capitalista da economia polonesa, bem como das trágicas

consequências do revisionismo. Lá, como aqui, o pagamento da dívida externa e o modelo econômico dependente é sustentado com a imposição de sacrifícios insuportáveis sobre o povo. Recentemente um economista do governo deixou claro que, para satisfazer os agiotes internacionais, será necessário que os trabalhadores não só renunciem a qualquer melhoria salarial, mas inclusive aceitem o rebaiamento das condições de vida "pelo menos nos próximos cinco anos".

Estudantes ameaçados

O esquadrão da morte direita Exército Secreto Anticomunista - do PLN - ameaçou de morte 11 estudantes da universidade de El Salvador e afirmou que depois de haver cumprido com estes "objetivos" realizará "julgamentos" sumários daqueles que "pretendem ser os redentores da libertação do nosso povo". Os esquadrões da morte do país são os responsáveis por boa parte das 50.000 mortes ocorridas em seis anos de guerra civil e atuam impunemente.

Protestos no Chile

No último dia 11, várias organizações populares comemoraram o "dia da dignidade nacional", com manifestações contra o governo militar, para recordar a aprovação pelo congresso, em 1971, de uma lei que nacionalizou as minas de cobre, que até então eram de propriedade norte-americana.

De outra parte, o fale-

cido papa Paulo VI confessou a um grupo de oficiais chilenos o seu reconhecimento aos militares que haviam "livrado a pátria do comunismo", segundo um capelão do exército. O general Augusto Pinochet encabeçou em 1973 um golpe que depôs o presidente Salvador Allende matando e violando milhares de democratas, e patriotas, inclusive religiosos.

Crimes de militares

O ex-soldado uruguaio Ariel Lopes Silva afirmou recentemente que cavou entre 1975 e 1979, durante a ditadura militar, as sepulturas para enterrar quatro corpos de pessoas mortas durante sessões de tortura.

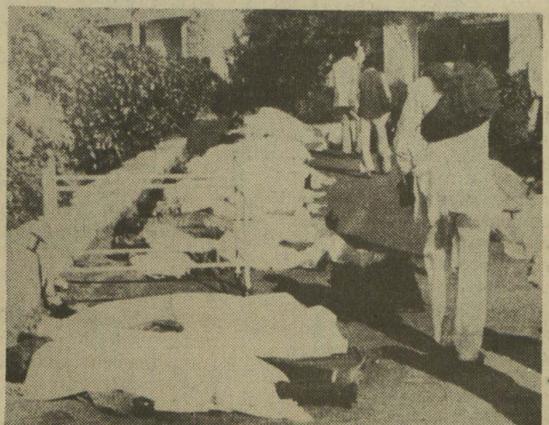
Também no Paraguai foram revelados, nas últimas semanas, novos casos de prisões ilegais e mortes de pessoas sob tortura em dependências policiais, durante o governo do ditador general Stroessner.

Nicarágua se arma

A organização norte-americana Americas Watch acusou a administração Reagan de "espezinhar a causa dos direitos humanos", ao distorcer a situação desses direitos na Nicarágua, como pretexto para derrubar o governo sandinista. Depois de uma série de investigações na Nicarágua, Costa Rica e Honduras, Americas Watch concluiu que em contradição com o que afirma o governo Reagan, não existe na Nicarágua uma política de tortura, assassinatos políticos ou desaparecimentos. Por outro lado, responsabilizou os contra-revolucionários - chamados por Reagan de "combatentes da liberdade" - pela maioria das mortes de civis na Nicarágua.

O governo sandinista, por seu lado, anunciou que distribuiu 250 mil fusis à população, armando-a para enfrentar uma eventual invasão norte-americana. A informação foi do ministro da defesa, Humberto Ortega, que acrescentou que milhares de toneladas de explosivos de todo tipo, minas e anti-tanques também estão sendo espalhados por todo o território nicaraguense.

Segundo o ministro, o povo armado é "a espinha dorsal de nossas forças" e enfatizou: "vamos enfrentar qualquer intervenção casa por casa, rua por rua".



Tragédia do Bhopal: até hoje fazendo vítimas

Banzer não aceita derrota na Bolívia

O festival de fraude e corrupção, a derrota do governo Siles Zuazo e a ameaça de golpe do general Hugo Banzer, são os resultados imediatos das eleições bolivianas. Banzer, candidato da Aliança Democrática Nacionalista (ADN), anunciou que venceu as eleições, mesmo antes de serem apurados 50% dos votos, e disse que "não aceitará a anulação do pleito".

Como nenhum dos 18 candidatos a presidente alcançou 50% dos votos, o Congresso escolherá o novo dirigente da Bolívia. A disputa fica entre os dois mais votados - o general Banzer, da ADN, e o candidato do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Paz Estensoro. O terceiro partido mais votado, o MIR, torna-se o fiel da balança. O MIR descarta o apoio a Banzer. Mas o general - que já permaneceu no poder entre 1971 e 1978 graças a um golpe de Estado - declarou-se vencedor e exige "que o resultado seja respeitado", numa clara ameaça golpista.

O grande derrotado no pleito é mesmo o governo de Siles Zuazo. Seu partido, o MNR-I, obteve cerca de 10% da votação, enquanto a ADN ultrapassou os 30%. Tido como de esquerda pela população quando assumiu o poder, Zuazo ficou profundamente desmoralizado perante as massas, devido a uma política oscilante e desastrosa, que não rompeu com a subserviência do país aos ditames imperialistas, o que levou a economia a uma inflação que o próprio governo admite



Generais-ditadores: Pinochet, Stroessner, Videla e o boliviano Banzer

ser de mais de 3 mil% e os patrões falam em 50 mil%.

BANZER,

CANDIDATO DOS EUA

Diante desse quadro, o direitista Hugo Banzer apresentou-se à população como opositor. Banzer recebeu financiamento dos Estados Unidos para sua campanha. Entre outros meios, através do Instituto Republicano, ligado ao governo Ronald Reagan, que celebrou um acordo no valor de 95 mil dólares com a Fundemos,

organização presidida por Adalberto Violand, candidato a senador pela ADN - partido de Banzer. Não bastasse isso, o vice-presidente de Banzer, Eudoro Galindo, tem um irmão, Ramiro, que é filiado ao Partido Republicano de Reagan.

Banzer apelou também para a corrupção. Somente em La Paz, pelo menos 500 livros de registro eleitoral foram falsificados em favor do general, o que representa 150 mil votos. Além do que, no momento da votação, dia 14,

cerca de 500 urnas ainda não tinham lacre em La Paz. E, oito horas depois de iniciado o escrutínio, a Corte Eleitoral distribuía lacres em vários pontos do país!

Mesmo o número de eleitores é desconhecido. A Corte Eleitoral - que foi financiada pelos EUA para "preparar" a eleição - anunciou a existência de 2.087.070 eleitores. Mas o Instituto Nacional de Estatística previu a existência de 2,9 milhões. Não está descartada, portanto, a possibilidade de se repetir, agora, o ocorrido em 1978, quando o número de votos apurados foi bastante superior ao número de eleitores... Na época o general Hugo Banzer, no poder, anulou o pleito.

INSTABILIDADE POLÍTICA

Tudo indica, portanto, que as eleições não contribuíram para estabilizar a complicada situação política boliviana. A Confederação Única dos Camponeses e a Central Operária Boliviana contestam a legitimidade da eleição.

Denunciam que 60% da população rural (1 milhão de eleitores) não tiveram condições de votar.

Além do presidente da República, foram votados no dia 14, deputados, senadores, prefeitos e vereadores, totalizando 3.710 autoridades, entre titulares e suplentes. Concorreram 50 mil candidatos, dos quais 5.652 para as 150 cadeiras do Congresso. Esses números dão uma idéia de como os setores progressistas e democráticos estão dispersos, facilitando a vitória dos inimigos da liberdade e da nação, como Banzer. (Carlos Pompe)

Crianças deformadas

Pelo menos 21 crianças nasceram com deformações e 36 mulheres abortaram em Bhopal desde o acidente e cerca de 200.000 ficaram cegas ou apresentaram problemas respiratórios.

Imperialismo não engole medidas da Nova República

As medidas econômicas adotadas até agora pelo governo da Nova República, apesar de tímidas e de não atingirem a raiz da grave crise brasileira, têm causado repercussões que colocam em evidência as forças políticas que obstaculizam o progresso nacional e têm interesses em manter nosso povo na miséria.

No front externo, Sarney anuncia o endurecimento do Brasil nas negociações com o FMI e os bancos credores - e, em certo sentido, se prepara para isto (veja, nesta página). As reações já se fazem sentir.

Representando as forças imperialistas, o ministro britânico das Relações Exteriores, Geoffrey Howe, em recente visita ao Brasil, não poupou palavras contra o atual governo e a favor do modelo econômico da ditadura.

Sobre a dívida externa, Howe afirmou que "apesar dos sacrifícios impostos pelo reajuste econômico, o governo deve manter a política econômica seguida até aqui". Disse ainda: "Sem sacrifícios não há renegociação da dívida externa". Sobre o comércio exterior (crescentemente desfavorável ao Brasil, cujas mercadorias valem cada vez menos enquanto se importa a preços a cada dia mais elevados), afirmou que a nossa legislação é "excessivamente nacionalista" e recomendou o acatamento das propostas imperialistas no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

FALA O IMPERIALISMO

No mesmo diapasão, a revista "The Economist", porta-voz dos banqueiros de Londres, acusou o Brasil de querer provocar uma crise financeira internacional. Criticou o presidente Sarney por mostrar-se disposto a contrariar o FMI e, sintomaticamente, aconselhou o governo a dar mais ouvidos ao ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. "The Economist" sugere que nosso país siga o exemplo da Argentina e busque se adaptar aos interesses dos banqueiros internacionais às custas da recessão e do arrocho salarial. Enfim, mais miséria e fome.

Já o reacionário jornal "O Estado de São Paulo" publica quase que diariamente editoriais onde tacha de demagógica a intenção do governo de endurecer com o FMI, considerado "benévolo e compreensivo com o Brasil"! O "Estado" defende abertamente a submissão do país aos credores. E não admite sequer críticas aos Estados Unidos que, segunda afirma, "arcam com o ônus de liderar o Ocidente"(!). Até parece que a transferência de recursos dos países dependentes para os EUA pesa muito nas costas dos banqueiros norte-americanos.

Entre as medidas que têm causado a reação dos poderosos enquadram-se as adotadas pelo governo no esforço de conter o déficit público e a inflação. Os monopolistas procuram unificar o empresariado em geral contra o que eles chamam de "limitações nos (seus) lucros".

FIESP HISTÉRICA

Abriam baterias contra os aumentos de impostos sobre as indústrias e o controle de preços. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luiz Eulálio Vidigal Filho, durante uma palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), afirmou histericamente que o governo está jogando o ônus do combate à inflação sobre os lucros das empresas.

Vale lembrar que os setores monopolistas representados pela Fiesp estão entre os que mais lucram às custas da inflação. Reajustam seus preços sempre antes da flutuação dos custos e, com isto, além da superexploração dos seus trabalhadores, recebem uma margem extra de lucro com a variação de preços ocorrida entre a compra de matérias primas e equipamentos e a produção e a venda das mercadorias finais.

Esses monopólios recebiam do governo autorização para reajustar seus preços em geral a cada trimestre, enquanto os salários são reajustados de seis em seis meses. "Aumentos salariais, reajustes trimestrais, cau-

sam inflação, por isto não podem ser admitidos. Mas controle de preços, aumentos de impostos, reduzem os lucros - são inadmissíveis. Sacrifícios sim, mas... desde que para os trabalhadores assalariados". Este é o pensamento, a tese defendida pelo grande capital, cujo cinismo salta aos olhos.

No caso dos aumentos de impostos provocados pela antecipação no prazo de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a postura dos monopólios é, a um só tempo, antipopular e antinacional. "Se o governo tem déficit de caixa, que venda as empresas estatais (sem dúvida para grupos estrangeiros)", esbravejam os monopólios.

Neste sentido, a palestra de Eulálio Vidigal na Escola Superior de Guerra foi também muito explícita: "Devemos combater a mentalidade estatizante", disse. E acrescentou: "Na Assembléia Nacional Constituinte deve-se estabelecer parâmetros mínimos para a atividade empresarial do Estado e conter a sua ação". É evidente, e estes grupos empresariais sabem, que desestatização implica necessariamente na desnacionalização ainda maior da economia. Somente o capital estrangeiro encontra-se em condições de comprar as empresas estatais, dado o grande volume de investimentos requerido por estas empresas.

Essas manifestações, em conjunto, servem para deixar cada vez mais descoberto o caráter retrógrado dos grupos monopolistas e do imperialismo. Em aliança com os latifundiários, eles constituem o grande bloco das forças contrárias às mudanças que o país reclama. (Agenor da Silva)



A reunião dos governadores com Sarney: solidariedade em cinco "pontos básicos", inclusive a dívida

Quem sustenta o governo Sarney?

O presidente José Sarney recolheu um precioso apoio para seu projeto de mudanças na reunião de quarta-feira, dia 17, com todos os governadores dos Estados e Territórios. Pode ser um começo de conversa para se esclarecer finalmente quem sustenta o governo da Nova República, inclusive no jogo duro mas inevitável com o FMI e os banqueiros imperialistas.

O resultado mais palpável do encontro no Palácio da Alvorada é uma declaração por escrito de "solidariedade" a Sarney, assinada pelos 26 governadores presentes - inclusive Leonel Brizola, que tem se dedicado a lançar farpas contra a Nova República com a mesma insistência com que elogiava, há poucos meses, o governo do general Figueiredo.

Os governadores solidarizam-se "especialmente" com os seguintes "pontos básicos": "diretas em todos os níveis e Assembléia Constituinte"; "negociação da dívida externa sem sacrifício do crescimento econômico e da soberania nacional"; combate à inflação e prioridades sociais na economia; reforma agrária "mediante o cumprimento do Estatuto da Terra"; e reforma tributária. Apesar de muitas formulações escorregadias, para obter o consenso entre os signatários, é um documento que joga no sentido de empurrar as reformas que o país reclama, já com certa impaciência.

Também estavam presentes os ministros João Sayad e Francisco Dornelles, tidos como o anjo desenvolvimentista e o capeta recessivo na área econômica. E ao menos dessa vez concordaram entre si, ao frisar que 5% anuais de desenvolvimento da economia são o piso, "a taxa mínima" da qual o Brasil não abre mão nas discussões com os credores estrangeiros.

Um apoio amplo fluido e incerto

A reunião dos governadores - já apelidada "Pacto do Alvorada" - tem no entanto limites bem definidos, não só pelo perfil político dos chefes dos executivos estaduais, mas também pela impossibilidade de apoiar apenas ou principalmente neles um programa de transformações com o alcance daquele prometido pela Nova República. O cenário político continua gelatinoso, instável, dominado por uma indagação incômoda, mas procedente: afinal, quem sustenta o governo Sarney?

Seria talvez a Aliança Democrática? Seria de esperar, já que este bloco existe para isso e dispõe de confortável maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. Mas a Aliança mostra uma saúde precária, afetada pelo atrito incessante entre a ala que de fato quer mudar as coisas e aquela que pretende unicamente novas roupagens para o atual estado de coisas. Para as eleições municipais deste ano nas capitais, até agora a coligação PMDB-PP, só se efetivou em Aracaju. É fato que uma aliança nacional não precisa obrigatoriamente estender-se

Comissão fica enfraquecida

Até o fechamento desta edição continuava em banho-maria a criação da chamada Comissão Constitucional e a divulgação dos nomes que a comporão. A criação desse organismo tem gerado grandes polémicas. A principal crítica é que uma comissão dessas que poderá viciar os debates da própria Assembléia Nacional Constituinte, que deve ser livre e soberana, interferindo e ofuscando sua própria função.

A idéia da criação da Comissão faz parte dos acordos firmados por Trancido Neves ainda quando este era candidato da Aliança Democrática. Na época, o falecido presidente eleito indicou o jurista Afonso Arinos de Melo Franco para dirigir o organismo, que a princípio teria cerca de 20 integrantes. No entanto o novo governo, sensível às críticas da sociedade, tem esvaziado o projeto original.

Por várias vezes o presidente Sarney adiou a assinatura do decreto que cria a Comissão e a divulgação dos seus componentes. Além disso, o grupo foi ampliado, prevendo-se a participação de cerca de 50 integrantes. E Sarney tem enfatizado que a comissão terá a função apenas de apresentar subsídios ao trabalho da Constituinte.



Arinos: postura conservadora

Esta atitude tem gerado críticas do jurista Arinos. Segundo ele, o Planalto esvaziou o sentido original do projeto, reduzindo sua função. Arinos, numa postura conservadora, pretendia que os trabalhos da comissão tivessem um caráter de anteprojeto de Constituição. A indefinição também ocorre porque existem choques na indicação de certos nomes propostos pelo governo para compor o organismo. O que se espera, como fruto deste debate, é que, uma vez criada a comissão não se sobreponha à Constituinte.

no plano local, porém concretamente a AD, que mostrou eficácia para afastar o antigo regime, pouco tem funcionado dentro da Nova República.

Poderá então o PMDB sustentar o governo? Nada mais lógico, tratando-se do partido de Sarney, dono das maiores bancadas na Câmara e no Senado. Todavia o presidente da legenda, deputado Ulysses Guimarães, declarou em público que "o PMDB não é governo" e, se a afirmação foi desmentida a seguir, parece que o desmentido não foi levado a sério. A estrutura peemedebista parece mais interessada nas lides absorventes e miúdas das eleições municipais, mesmo às custas dos grandes temas do país. A bancada do PMDB no Congresso Nacional, agora na situação, tem um desempenho que é uma pálida sombra daquele dos tempos de oposição, por exemplo na hora de enfrentar os esbravejantes inimigos da reforma agrária.

E o movimento popular? Viria dele a base de sustentação do governo? Sabe-se que as pesquisas de opinião pública atribuem a José Sarney uma popularidade considerável e crescente. Ainda aqui, entretanto, há obstáculos. Além de mostrar um justificado apego à sua independência e autonomia, e padecer de debilidades organizativas herdadas do tempo da ditadura, o movimento popular alimenta, também, uma atitude de expectativa. Dispõe-se a apoiar o governo, na exata medida em que este empunha de fato a bandeira de suas reivindicações mais sentidas. É por este caminho que a Nova República pode dar consistência à sua base de sustenta-

ção, que é vasta, mas difusa, efetivar aquilo que Sarney tem denominado "pacto político". Na proporção em que se efetivam as mudanças reclamadas pelos brasileiros, forma-se também a corrente de opinião pública capaz de sustentá-las, e de arrastar consigo as cúpulas político-partidárias, inclusive aquelas que hoje relutam e negaceiam, com a atenção voltada para as miudezas pessoais da vida pública.

Focos pestilentos de resistência

Tomemos o caso da democratização institucional. É inegável que já tivemos avanços consideráveis, desde as diretas nas capitais e o voto dos analfabetos até a legalização de todos os partidos. Mas permanecem focos pestilentos de resistência à remoção do chamado entulho autoritário, e de práticas que não passam de sobrevivências da ditadura. Ai está por exemplo o ministro do Exército, general Leônidas, a pedir que o SNI vasculhe a ideologia dos funcionários do Inera (ver matéria ao lado), ou o sr. Afonso Arinos tentando ainda articular uma comissão de sumidades para enquadrar os trabalhos da Assembléia Constituinte (veja o quadro).

Também na questão decisiva da dívida externa, há condições de mobilizar forças imensas do povo para enfrentar os insaciáveis credores estrangeiros, desde que o governo demonstre com fatos que esta a sua disposição. Porém a mera declaração de intenções, mesmo por níveis, tem se mostrado insuficiente para produzir o mesmo efeito.



Exército e SNI investem contra a reforma agrária

Os espíões do governo estão atacando a Nova República. É o que pode-se concluir da ordem dada pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, para que o Centro de Informações do Exército (Ciex) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) investiguem a "identidade ideológica" dos funcionários do governo que atuam no processo de reforma agrária.

O general Leônidas mostra ter saudades do regime militar, quando somente os que tinham a "identidade ideológica" do latifúndio, da corrupção e do

entreguismo podiam atuar livremente no país. Agora, assustado com a perspectiva da reforma agrária, não teme em investir contra aqueles que defendem esse projeto democrático e progressista.

Na segunda-feira, dia 15, o ministro Leônidas telefonou para o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Comunicou-lhe que havia ordenado ao SNI que verificasse a ideologia política dos servidores de órgãos encarregados da reforma agrária. Depois, vazou a informação de que espíões do Centro

de Informações do Exército já vinham bisbilhotando a vida e as idéias dos funcionários do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

SOBREVIVÊNCIA DO ARBÍTRIO

Naturalmente, se os agentes secretos do Exército estão fazendo a devassa da "ideologia" dos funcionários de um Ministério, podem também fazer investigações sobre outros órgãos do governo, e mesmo de qualquer cidadão ou entidade do país. É algo intolerável. O Serviço Nacional de Informação e os centros de informações das Forças Armadas, a Polícia Federal e outros órgãos repressivos investiram contra a população durante os últimos 21 anos. Ao tempo em que defenderam a política entreguista, corrupta e ditatorial dos generais no poder, prenderam, torturaram e assassinaram os opositores políticos do regime - patriotas, democratas, comunistas. É inconcebível que isso continue a ocorrer. Mostra-se a cada dia mais urgente a necessidade de dismantlar os órgãos de repressão que tantos crimes cometeram contra o Brasil.



General Leônidas: espiando a "identidade ideológica"

Nasce nova Frente do Recife

"Se a forma partidária não se adequar ao conteúdo, arrebentaremos com a forma". A idéia, defendida pelo ex-governador Miguel Arraes após as convenções zonais do PMDB de Recife, parece haver se materializado com o lançamento da candidatura de Jarbas Vasconcelos à Prefeitura da capital pernambucana, pelo PSB, à frente de uma ampla coligação.

Jarbas Vasconcelos, derrotado nas convenções através de métodos obscuros, tem o apoio de quatro quintos dos parlamentares, prefeitos e diretores do PMDB, além de figuras como Miguel Arraes, o ex-prefeito Pelópidas Silveira e Fernando Lyra. Assim, continua candidato do "verdadeiro PMDB", como se tem dito para frisar que seu oponente, o deputado Sérgio Murilo, se apóia no grupo do senador Cid Sampaio, egresso do PP.

Os segmentos conservadores resistiram à candidatura Jarbas por receio de que ela facilite, em 1986, a eleição de um governo estadual avançado e de uma bancada constituinte mais próxima do movimento popular.

Mas a disputa no PMDB pernambucano não se resume a diferenças entre grupos do PP e MDB. Na sua base estão interesses sociais distintos, acirrados com o advento da Nova República e a possibilidade de mudanças reais. O setor mais poderoso e reacionário de Pernambuco - os usineiros - concentra-se na zona da cana, que reúne o maior volume de investimentos, de mão de obra assalariada e de exportações. É também ali que mais avança a luta do povo. Desde 1979 os 240 mil assalariados da cana têm realizado campanhas vitoriosas e greves que paralizam 90% das usinas.

Os usineiros controlam grande parte do poder político no Estado, são a base de sustentação do governo Roberto Magalhães e do PSD-PFL, e resistem raivosamente ao plano de reforma agrária do governo Sarney. "Não é mera coincidência que justamente um usineiro, o sr. Cid Sampaio, comande neste momento a tentativa de impoção do PMDB pernambucano" - lembra o operário Gregório Soares, membro do diretório regional do PC do B.

De fato, a divisão no PMDB favorece tanto sua ala conservadora como o PDS-PFL, colocado em dificuldades eleitorais. Tanto que Roberto Magalhães anuncia agora que tentará a coligação com o PMDB, hipótese que descartava há pouco tempo. No entanto, a coliga-

ção do PDS-PFL com o PMDB pró-Murilo não é viável formalmente: a maioria da Executiva e do Diretório Regional peemedebistas é pró-Jarbas e já anuncia um calendário de reuniões visando formalizar a coligação com o PSB. Esta coligação será integrada ainda pelo PC do B, PTB e possivelmente pelo PDT e PT, formando uma aliança ampla, democrática e progressista, "uma frente a favor do povo", como esclarece Miguel Arraes.

Neste quadro polarizado, refluí rapidamente a candidatura do deputado Roberto Freire, do PCB, criticada por vastos setores como inconseqüente, divisionista e de caráter conservador. Tanto que o próprio Roberto Freire já admite bater em retirada, em favor de um nome de "unidade" escolhido no grupo de Cid Sampaio ou ligado ao ex-senador Marcos Freire, que se mantém numa posição vacilante, tendendo para Sérgio Murilo.

No Rio uma greve atrapalha o PDT

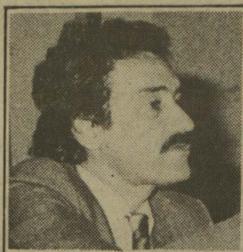
Uma crise considerável se abriu nos últimos dias dentro do PDT do Rio de Janeiro, em função das medidas despóticas do governador Leonel Brizola contra a greve dos funcionários da saúde (ver pág. 7). O senador Saturnino Braga, candidato de Brizola a prefeito, considerou as medidas antidemocráticas e chegou a dizer que "os médicos, enfermeiros, atendentes e funcionários estão sendo humilhados por esta intervenção", decretada por Brizola. O governador reagiu no seu estilo caudilhesco, com um ultimato ao senador: "Ou fica comigo ou contra mim". Mas outras insatisfações dentro do PDT fluminense vieram à tona, num quadro que pode desestabilizar tanto a candidatura Saturnino como os planos de Brizola.

Dez dos 15 vereadores do PDT no Rio, inclusive o presidente da Câmara Cleber Borba e o líder da bancada Luiz Henrique Lima, lançaram uma nota se somando às críticas de Saturnino. O deputado federal José Frejat e os deputados estaduais

Agora é ganhar as ruas

A crise gerada no interior do PMDB pernambucano terminou por forjar, na prática, uma coligação ampla, de caráter democrático e progressista.

A candidatura do deputado Jarbas Vasconcelos hoje já não pertence apenas à maioria de 80% do PMDB que o apóia. Foi assumida pelo que há de mais consequente no movimento democrático e popular de Pernambuco. Tende a empolgar o eleitorado da capital. Adota posição correta ao integrar a Aliança Democrática, como vertente das forças que dão sustentação de caráter progressista ao sr. José Sarney. E surge como poderoso instrumento de mobilização e politização do povo para os combates vindouros, especialmente o da Assembléia Constituinte. Desenhada a frente, trata-se agora de dinamizar a cam-



Opinião Parlamentar
LUCIANO SIQUEIRA
dep. estadual, PMDB-PE

panha de Jarbas Vasconcelos. Ganhar as ruas. Abrir o debate com o povo. Criar condições para uma grande assembléia popular que delineie o programa do candidato. E para arremetimento todos os segmentos vivos do movimento popular e democrático recifense para garantir a vitória em novembro.

Afonso Celso e Willer Brilhante se solidarizaram com o senador. E o deputado federal José Eudes (ex-PT), que discutia seu ingresso no PDT, voltou atrás e entrou no recém-criado PSB.

O próprio Saturnino chegou a reunir-se com lideranças do PSB, que lhe ofereceram a legenda para o pleito de novembro. Mas o senador recusou, alegando que já tinha compromisso firmado com o PDT, e deixou passar o prazo fatal de 15 de julho (limite para mudar de partido sem tornar-se inelegível em 1985). Desta forma, Saturnino preferiu, na prática, reforçar o governador Brizola. Outro que não aceitou convite do PSB foi o candidato dos setores progressistas do PMDB, Artur da Távola. Mesmo derrotado pelo chaguismo nas convenções do dia 7, ele ainda acha possível unificar a legenda em torno de sua candidatura, até a convenção decisiva de 11 de agosto.

De no PT fluminense também se esboça uma crise. Os segmentos com visão política mais ampla, em particular os dois deputados estaduais petistas, Lizst Vieira e Lúcia Arruda, não aceitam a orientação da Executiva Nacional, de lançar a qualquer custo um candidato próprio no Rio, e advogam uma frente com as forças progressistas dos demais partidos.

Neste quadro incerto e instável, todo esforço das forças progressistas até 11 de agosto é para viabilizar a candidatura de Artur da Távola no PMDB e compor uma coligação ampla em torno de seu nome. Porém caso se imponha no PMDB o candidato do atraso chaguista, Jorge Leite, aventa-se a possibilidade de costurar a mesma frente, fora daquela legenda.

PFL paulista racha ao apoiar Jânio

Em São Paulo, o quadro eleitoral de novembro está praticamente definido. Enquanto a candidatura do

Brizola e Saturnino (acima) juntos, apesar de tudo; Jarbas confia no "verdadeiro PMDB"

A volta triunfal de Daniel em Goiás

O deputado Daniel Antonio, franco favorito na eleição para a Prefeitura de Goiânia, retornou ao PMDB após uma estadia-relâmpago de 91 horas no PDT, graças a uma reversão no quadro peemedebista. Para vencer o prefeiturável conservador, Moisés Abrão, Daniel contará na convenção do dia 28 com o apoio do governador Íris Resende, além dos senadores Mauro Borges e Henrique Santillo, da grande maioria dos vereadores, do Bloco Popular do PMDB, PMDB Jovem, Fundação Pedrosa Horta e outros setores.

Com o retorno triunfal de Daniel Antonio criaram-se as condições para, segundo a avaliação do vereador Euler Ivo, "o PMDB de Goiânia ter uma votação superior à de 1982, quando obteve 84% dos votos na capital". Euler, representante do PC do B considera que esta é a solução favorável à coligação e à vitória das forças progressistas em 15 de novembro.

PMDB-Curitiba sem candidato até hoje

Em Curitiba, apesar do favoritismo do deputado estadual Roberto Requião, confirmado nas convenções do PMDB no dia 7, as forças conservadoras do partido insistem em impor um candidato seu e para isso formaram um bloco com o senador Eneas Farias, o deputado estadual Erwin Bokoski e o deputado federal Amadeu Ceara. Enquanto isso, o arquiteto Jaime Lerner, que foi prefeito biônico de Curitiba duas vezes, pela Arena e pelo PDS, procura reagrupar os fragmentos da reação que apoiavam a ditadura - com a diferença de que agora candidata-se pelo PDT, enquadrado nas inescrupulosas alianças de Leonel Brizola para galgar a Presidência da República.



O candidato a prefeito de Maceió, Djalma Falcão, no ato dos comunistas

Comunistas de Alagoas anunciam apoio ao PMDB

Um ato de grande porte na Assembléia Legislativa e uma festa cheia de animação e entusiasmo marcaram, dia 12, a apresentação dos membros da Direção Provisória do PC do B em Alagoas e o anúncio oficial do apoio dos comunistas à candidatura do PMDB à prefeitura de Maceió.

Trabalhadores, sindicalistas, lideranças populares, estudantes, personalidades e comunistas lotaram a Assembléia. Os deputados federais Renan Calheiros e Djalma Falcão, os deputados estaduais Eduardo Bomfim, Afrânio Vergetti e o suplente Cleto Falcão; os vereadores Edberto Ticianeli, Jared Viana, Pedro Falcão, Kátia Born (PMDB) e Braga Neto (PDS) e representantes do PDT e PT estiveram presentes.

O jornalista Ênio Lins presidiu os trabalhos e apresentou seus camaradas da Direção Provisória do PC do B, recebidos com vivas pelas galerias. A presença das mais expressivas lideranças populares deu ao ato "uma representatividade que atesta o reconhecimento e o respeito conquistados pelo PC do B", disse o vereador Ticianeli.

Quando o advogado Messias de Souza, da direção provisória, leu o "Manifesto aos Alagoanos", anunciando o apoio dos comunistas à chapa do PMDB à prefeitura, a multidão prorrompeu em demorados aplausos e gritos de "unidade, unidade".

O candidato a prefeito, Djalma Falcão, anunciou: "Assumo aqui e

agora um compromisso, consciente de toda a responsabilidade que ele contém: se o PMDB eleger o prefeito de Maceió, governarei esta cidade com todas as forças políticas que apoiarem esta candidatura de unidade. Governarei, portanto, também com o PC do B". O deputado Renan Calheiros saudou, em nome do PMDB, a decisão do PC do B de apoiar as candidaturas de Djalma Falcão (prefeito) e José Costa (vice): "É uma postura correta, politicamente inteligente e sintonizada com a prática do PC do B, sempre fiel ao interesse popular".

O deputado Eduardo Bomfim afirmou: "Nem um dia sequer, mesmo quando mais terríveis eram os tempos da ditadura militar fascista, o PC do B deixou de atuar, arriou sua bandeira de luta pela liberdade, pela soberania nacional e pelo socialismo." Depois da solenidade, foi inaugurada a sede do partido, na rua Joaquim Távorá, 349, com uma animada festa.

CONVENÇÃO EM SALVADOR

Em Salvador, Bahia, o PC do B será o primeiro partido, entre os novos autorizados a participar das eleições municipais, a realizar sua Convenção Municipal, dia 21 às 9 horas na Associação dos Funcionários Públicos. Os comunistas vão discutir sua coligação com o PMDB, apoiando a candidatura de Mário Kertez. Serão apresentadas as comissões provisórias zonais na capital baiana. (das sucursais)



Operários e assalariados rurais no lançamento do PC do B em Ribeirão Preto

Assalariados rurais acorrem ao PC do B

"Trazemos nosso apoio ao PC do B e queremos seu apoio em nossa luta, como na última greve em que ele esteve ao nosso lado". Foi o que declarou um trabalhador rural de Sertãozinho no ato de lançamento legal do Partido Comunista do Brasil em Ribeirão Preto, São Paulo, dia 13. Além dos trabalhadores rurais, também metalúrgicos integraram a delegação de Sertãozinho. Igualmente de Serrana veio uma delegação de canavieiros, num caminhão, prestigiar a manifestação dos comunistas.

O ato, na Associação dos Funcionários Municipais, teve a presença de mais de 300 trabalhadores. Compareceram e fizeram parte da mesa o vice-prefeito e o secretário municipal de Saúde, vereadores, um ex-vereador pelo PC do B em 1945, representantes do Sindicato dos Metalúrgicos (Antônio Guerreiro, presidente), da Federação de Associações de Bairros, da Associação de Funcionários Municipais, delegações do PMDB e do PDT, e personalidades de Ribeirão e cidades vizinhas, Walter Sorrentino, da Comissão Regional do PC do B, José Duarte e Ronald Fortes da Comissão Nacional.

Fundação Maurício Corrêa
JUIZ DE FORA

Com a presença de cerca de 300

pessoas, também foi oficializada a Direção Municipal do PC do B em Juiz de Fora, Minas Gerais, em ato na Câmara Municipal, dia 12. Mais de uma dezena de lideranças sindicais e populares, de bairros, de mulheres, de jovens e de negros prestigiaram a manifestação.

O metalúrgico José Luís de Oliveira, da Comissão Municipal, falou na participação dos comunistas na vida da cidade. Ele assinalou que já em 1922 existia o "Grupo Comunista" de Juiz de Fora; que em 1935 foi assassinado o alfaiate Luís Zúdio, secretário municipal do partido, quando fazia propaganda da Aliança Nacional Libertadora; que em 1945 os comunistas elegeram dois vereadores; e que na guerrilha do Araguaia foi morto o jovem comunista juizforano Rodolfo Troiano.

Fizeram parte da mesa Rubem Barbosa, representando o prefeito em exercício; os vereadores do PMDB Marcus Vinícius Pestana, Ivan de Castro e Raquel Scarlayelli; o deputado federal José Luís Guedes; Sandro Alves, Nilcélia Maria da Silva e José Luís Oliveira, da Comissão Municipal do PC do B; Sérgio Brito, da Comissão Regional; e Rogério Lustosa, da Comissão Nacional do Partido Comunista do Brasil.



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Não se iludir com as eleições

Para que servem as eleições? De acordo com a resposta a esta pergunta é que a campanha eleitoral das diversas correntes políticas contribuem ou não para o avanço do movimento operário e popular. Para o PT por exemplo, perdido, como Narciso, em admirar suas próprias virtudes, as coisas estão tão confusas que ele imagina que nas eleições municipais deste ano pode ser vitorioso em oito capitais brasileiras, entre elas São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador.

Foi isto que afirmou o membro do Comitê Diretivo Eleitoral do PT, José Álvaro Moisés. Ele disse que o PT vai dar prioridade a estas cidades porque "tem grande massa operária e nossos candidatos têm condições de disputar para ganhar as eleições". (Grifo da Redação)

Este sonho desviado não é fruto apenas de uma avaliação distorcida das possibilidades. Reflete também uma maneira equivocada de abordar a luta eleitoral.

PAPEL DA ELEIÇÃO

As eleições, na sociedade burguesa, oferecem, por um lado, a possibilidade de incorporar as massas na luta política e, por outro lado, permitem aferir o nível de consciência dos trabalhadores. Mas para o PT a questão chave é a construção do próprio partido, e, junto com ela, a ilusão que conquistando certas posições, dará início à edificação do socialismo. Esta visão incorreta, aliada a uma alta dose de subjetivismo, levam o sr. Álvaro Moisés a esquecer que o PT, mesmo quando tinha um candidato carismático como Lula, disputando o governo estadual em 1982, alcançou pouco mais de 10% dos votos na capital de São Paulo. Agora, com um candidato como Eduardo Suplicy, de família milionária, difícil de se casar com o slogan "trabalhador vota em trabalhador", numa época de desgaste político do partido, vai encontrar enormes dificuldades para ter sucesso.

POLÍTICA DIFERENTE

Na sociedade capitalista os trabalhadores devem fazer política, mas não a mesma política dos partidos burgueses. No caso das próximas eleições municipais, por exemplo, o principal não é conquistar as prefeituras para candidatos diretamente do partido da classe operária. O centro dos esforços deve estar na luta por uma unidade ampla, e na vitória de candidatos democráticos, no sentido de favorecer as mudanças. Desta forma os trabalhadores participarão do movimento político, contribuirão para soluções progressistas e elevarão a sua consciência política.

Por isto é que o Partido Comunista do Brasil adotou como linha geral a realização de coligações com outros partidos, na maioria das vezes com o PMDB, para dar sustentação à Nova República.

Evidentemente que neste processo de luta a classe operária trabalhará também para o fortalecimento de seu partido. Ou seja, na batalha pelos interesses sociais o PC do B criará raízes mais profundas entre as diversas camadas populares.

ALIJANDO LIDERANÇAS

Sem conseguir entender estas questões, o PT não só procura de qualquer forma ter seu candidato próprio, marchando isolado, como caminha, em geral, para escolher candidatos cada vez mais comprometidos com as concepções trotskistas, desprezando e mesmo alijando os parlamentares e lideranças que tenham mais amplitude e mais prestígio de massas. Os casos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro são exemplos flagrantes desta orientação míope e sectária. Em contraste com isto, o Partido do Proletariado, sem perder a sua independência, trata de agir em conjunto com as mais amplas correntes de opinião pública, no curso da luta geral dos brasileiros pelas transformações que a nação necessita. (Rogério Lustosa)

CHINA: Reformas ao gosto do imperialismo

A China se encontra hoje em meio a um processo de reformas econômicas, desencadeada pela direção do Partido Comunista da China (PCCh), sob a inspiração do seu principal ideólogo Deng Xiaoping. Uma pista sobre o conteúdo de tais reformas pode ser dado pela reação nos meios capitalistas do ocidente - "eufórico", segundo o semanário econômico alemão "Wirtschaftswoche". Um comerciante da Alemanha Ocidental, especialista em questões orientais, preconiza: "Pela lógica, o próximo passo deveria ser a privatização dos meios de produção."

As novas medidas econômicas na China visam impulsionar o crescimento econômico do país, dotá-lo de uma agricultura moderna e produtiva. Tais são os objetivos da política a que os dirigentes chineses denominam "Plano das Quatro Modernizações" (indústria, agricultura, Forças Armadas e ciência). A primeira vista, pode-se ter a impressão de que se trata de uma ousada plataforma desenvolvimentista. Mas os projetos chineses resultam bastante semelhantes aos sonhos de "grande potência" dos generais que governaram o Brasil a partir de 1964.

A agricultura continua sendo hoje o principal setor da economia da China, onde trabalham 4 em cada 5 chineses e da qual vivem 800 milhões de habitantes. Foi por ela que teve início a reformulação do sistema econômico do país, no início dos anos 70.

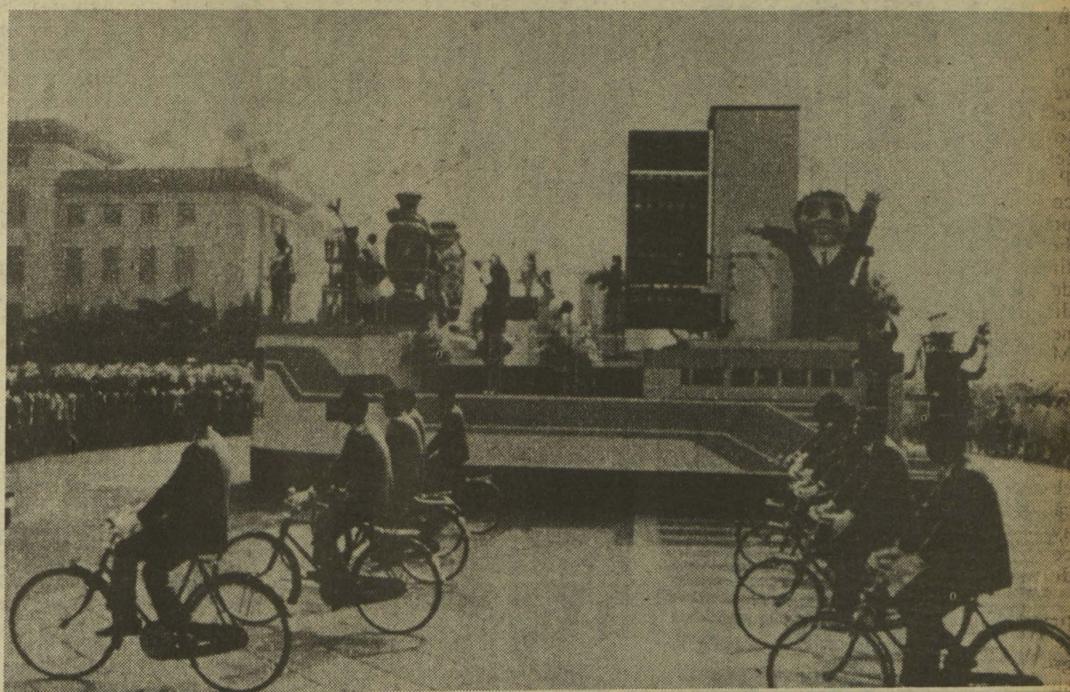
A revolução chinesa, dirigida por Mao Tsetung, teve no campo sua principal base de apoio. As chamadas comunas agrícolas foram uma forma atrasada de cooperativa, combinando a propriedade coletiva de um grupo de famílias com a organização política local e com a tradição da velha sociedade chinesa, fechada e autárquica.

A dissolução das comunas foi o primeiro passo das reformas no campo. Apesar de a propriedade da terra permanecer formalmente coletiva, foi dividida, "para fins de trabalho", entre as várias famílias. Os instrumentos de trabalho passaram à propriedade privada. Também o relacionamento de agricultura com o restante da economia alterou-se significativamente. Ao invés de venderem toda a produção para o Estado, os camponeses estabelecem com ele um contrato pelo qual se comprometem a entregar ao Estado, a preços fixos, determinada quantidade. Tudo o que ultrapassa esta cota pode ser vendida por fora, a preços de mercado livre.

O chefe do PCCh, Hu Yaobang, lançou mão mecanicamente de uma palavra de ordem de Bukharin para a antiga NEP, na União Soviética da década de 1920, aos homens do campo: "Enriqueçam". O principal resultado desta reprivatização no campo chinês tem sido precisamente a crescente diferenciação de classes, com a formação de uma camada de camponeses ricos. São as "famílias dos 10 mil yuans", assim chamadas em função de sua renda anual (o yuan é a moeda corrente da China). Para se ter uma idéia deste processo, basta tomar como exemplo a antiga comuna "Cavalo Dourado", onde existem quatro destas famílias abastadas, enquanto a média de renda do conjunto das 290 famílias é de apenas 446 yuans anuais!

Esta pequena camada de camponeses ricos tem sua fonte de enriquecimento nas vendas para o mercado aberto das cidades. É por lá que obtém recursos para, aproveitando as "brechas" da nova ordem, comprar tratores, máquinas e insumos. Assim, enquanto no interior a terra é trabalhada com arado ou carro de boi, cerca de 70 milhões de camponeses (aproximadamente 9% da população rural) vivem em absoluta pobreza, um certo Zhang, conhecido como "rei do tomate", faz sua fortuna no mercado aberto - além de tomates, negocia com inseticidas e venda de know how agrícola.

Entre 1979 e 1983, as receitas produzidas pela agricultura cresceram à média anual de 7,9%. A burguesia mundial exulta, apregoa uma suposta "superioridade" do capitalismo sobre o socialismo. Mas seria realmente o socialismo científico o responsável pelos malogros anteriores da agricultura chinesa?



Fábrica da Volkswagen em Xangai e as geladeiras "modernas" (acima): monopólios têm trânsito livre

Desde Mao houve desprezo pelas leis socialistas

Contrariando a experiência da construção do socialismo na União Soviética de Stálin, Mao Tsetung criticava a primazia do desenvolvimento da indústria pesada. Em sua obra intitulada "Sobre as 10 grandes relações", sustenta que a URSS e os países do Leste Europeu "puseram o acento unilateralmente na indústria pesada, à custa da agricultura e da indústria leveira (...). Quanto a nós, demos mais importância à agricultura e à indústria leveira". Mais adiante, o teórico chinês indicava a direção de "...reajustar como convém a proporção dos investimentos entre a indústria pesada, por um lado, a indústria leveira e a agricultura, por outro, de forma a desenvolver ainda mais a agricultura e a indústria leveira".

As formulações maoístas acabam priorizando a produção de bens de consumo em detrimento da de meios de produção. A consequência desta política, para um país atrasado como a China, é que se desenvolveu uma agricultura pouco produtiva, alicerçada mais na participação de uma massa formidável de trabalhadores na produção do que no rendimento do trabalho. A combinação de ambos os fatores desta via anti-socialista das comunas (atraso da técnica e das relações de produção) faz com que a agricultura chinesa experimente, nos primeiros anos de "reformas", certo crescimento.

A exortação de Hu Yaobang ao enriquecimento individual repercutiu também nas cidades. Em Xangai, por exemplo, mais de 60 mil licenças para a abertura de indústrias particulares foram concedidas nos últimos anos. São empresas que se ocupam da produção de bens de consumo e da prestação de serviços, que funcionam em sua maioria em bases manufatureiras. Segundo o redator-chefe do jornal econômico "Jingji Ribao", Zhao Mingjie, estas empresas "podem produzir o que quiserem. Só têm de escutar no mercado, que as comandam, onde criarão os maiores lucros". seguindo este conselho, um antigo camponês, que enriqueceu descobrindo um método novo para assar melões, emprega hoje 100 trabalhadores e pertence ao círculo seleto dos primeiros multimilionários da China revisionista.

Contudo, o ponto central das reformas econômicas no setor industrial deve ser a passagem à "economia planificada de mercado" (!). Por isto, entende-se que deverá a partir de agora orientar-se pelo mercado. Só das indústrias consideradas essenciais, como as de carvão e aço, será exigida uma cota mínima planificada centralmente.

Também aí, a palavra-chave é o lucro, que será apropriado por cada empresa. O mesmo economista Zhao Mingjie, citado acima, é quem recomenda às empresas "produzir de acordo com seus próprios



estudos de mercado, aquilo que lhes possibilitem os mais altos lucros".

A análise ponto a ponto das reformas econômicas da direção revisionista do PCCh vai pondo a nu seu caráter anti-socialista. E é justamente o ataque direto à classe operária que chama atenção na reformulação do sistema de salários e preços. Desaparece a garantia da remuneração integral pelo emprego, introduzindo-se o salário por produção. Ao lado de métodos administrativos aprendidos com os capitalistas, é através deste tipo de estímulo material que se pretende elevar a produtividade de trabalho... e, como manda a nova ordem, o lucro.

Do lado dos preços, a política é regulá-los pelo mercado mundial. A liberação de preços para produtos agrícolas provocou altas de até 40%, em maio passado. Quanto aos bens de produção, a consequência da nova política de preços recai mais uma vez sobre a classe operária: para não se verem às portas da falência, as indústrias cortam os custos de produção, "racionalizando" o emprego de mão-de-obra. Com isso, a China tem hoje, segundo dados oficiais, 45 milhões de desempregados.

Toda a preocupação das reformas econômicas é dar sequência à estratégia das chamadas "quatro modernizações". A China, porém, tem pressa, não pode esperar que seus próprios capitalistas prosperem e adquiram experiência. Assim, a saída encontrada pela direção revisionista, para transformar o país em curto prazo numa potência capitalista, é aquela bastante conhecida dos brasileiros: atrair capitais estrangeiros.

Zonas reservadas para empresas multinacionais

O governo chinês estabeleceu em 1981, no sul do país, quatro zonas para investimentos estrangeiros. As condições oferecidas eram as melhores: mão-de-obra barata, terrenos a preços reduzidos, isenções de impostos. Até o final de 1984, fecharam-se contratos no valor de 4 bilhões de dólares, dos quais 340 bilhões já tinham sido aplicados até então.

A partir de abril de 1984, as 14 maiores cidades litorâneas foram incluídas no projeto. Em Xangai, a multinacional alemã Volkswagen instalou a Shanghai Volkswagen Company Ltd, onde os imperialistas detêm 50% dos capitais. Outras áreas abertas ao capital estrangeiro são a prospecção de petróleo, na forma de contratos de risco e a mineração.

Privatização dos meios de produção, substituição do planejamento econômico central pelo jogo "livre" do mercado, diferenciações sociais e abertura para a espoliação imperialista - em conjunto, as linhas-mestras das reformas econômicas em curso na China levam-na aceleradamente pelo caminho capitalista.

Junto com certos êxitos momentâneos, a China já se ressentida de um mal crônico do capitalismo: a anarquia da produção. Foi o que reconheceram, ainda que não abertamente, os dirigentes do PCCh. Assim, o primeiro-ministro Zhao Ziyang declarou na Assembleia Popular no início deste ano: "Algumas regiões estabelecem objetivos irrealistas, elevados, e passam a concorrer com as demais em termos de taxa de crescimento, sem levar em consideração as demandas econômicas gerais, a relação entre oferta e procura, os recursos materiais e financeiros disponíveis e o equilíbrio entre a receita e despesa". Resultado desta concorrência, os investimentos das várias regiões tiveram aumento 21% maior que o previsto nos planos centrais. Os meios de investimento suplementares foram obtidos através de créditos, com a conseqüente contração de dívidas.

O apelo ao consumo, parte essencial das reformas, trouxe consigo o aumento no fornecimento de créditos pessoais - só nos quatro primeiros meses deste ano superiores em 50% ao total do ano passado. Este processo alimenta a inflação, colocando fora de controle os montantes de créditos e de moeda em circulação. Frente a essa política, as empresas tratam de aumentar seus preços ou partir para manobras de especulação.

A presença do capital estrangeiro reforçou a concentração das indústrias nas cidades costeiras. Lá se produzem 23% do Produto Nacional Bruto, apesar de abrigar apenas 8% dos habitantes do país.

A China, portanto, ao tempo em que acelera a via capitalista, vai colhendo os frutos podres deste sistema. Concentra riquezas, é verdade, porém em mãos de alguns poucos; experimenta certa modernização da produção, mas em sacrifício de sua independência nacional. Sem ter-se tornado uma nação socialista, seguindo as orientações ecléticas de Mao Tsetung, afastando-se dos princípios científicos da economia socialista, retrocede agora mesmo em relação a conquistas anteriores, em direção nacional burguesa, ca de 1949. Mas as chagas desta marcha a ré parecem tanto mais rápidas quanto mais acelerada ela é. (Sílvio Queiroz)

DE OLHO NO LANCE

Seleção ideológica

O Exército pretende continuar controlando a "ideologia" dos brasileiros, apoiando-se no Serviço Nacional de Informações - SNI. Mais do que isto, vai espionar o próprio governo!

Durante 21 anos os generais usaram o tal "atestado de ideologia" para selecionar os cidadãos, e para perseguir os que não afinam com o fascismo e com a ditadura. Agora, dentro da ampla campanha reacionária contra a reforma agrária - e contra a Nova República - o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, se arvorou no direito de pedir ao SNI que investigue todos os servidores dos órgãos ligados ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

Mais uma vez se faz necessário erguer o brado de alerta contra esta atividade antidemocrática. O Exército deve cuidar de defender as fronteiras do país e não tem o direito de se intrometer na vida política. E o SNI, mais uma vez se revelando como instrumento de desestabilização do próprio governo, não pode, seja qual for o pretexto inventado, continuar violando a privacidade das pessoas. Urge a mobilização energética do povo para pôr fim aos arroubos e arrogâncias dos generais.



Trabalhadores saem às ruas exigindo a aplicação imediata da reforma agrária

Paulistas irão às ruas apoiar a reforma agrária

Ganha força a movimentação para o Ato pela Reforma Agrária, a ser realizado em São Paulo dia 26. O ato terminará com uma passeata no centro da capital. Mas também os inimigos da reforma agrária se mobilizam. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, mandou o SNI investigar a vida dos funcionários do Ministério da Reforma Agrária.

O ato pela Reforma Agrária, convocado pela Conclat, será realizado dia 26, às 18h30m, no Sindicato dos Metalúrgicos, rua Galvão Bueno, 780. A programação prevê um ato com cerca de 1 hora de duração, seguido de passeata até a Praça da Sé.

No dia 11, reuniram-se na Assembléia Legislativa várias entidades para discutir a preparação do ato. Entre os presentes, os sindicatos dos metalúrgicos, gráficos, têxteis, eletricitários, metroviários, aviários, publicitários, trabalhadores em editoras; as federações dos trabalhadores nas indústrias urbanas, dos metalúrgicos, da alimentação; entidades como a Conam, Associação dos Sociólogos, CPT, Comissão pró-Reforma Agrária do PMDB, PC do B etc.

projeta a Conclat para o centro dos acontecimentos em torno da reforma agrária, estabeleceram-se várias iniciativas de mobilização para o ato. Será um evento "amplo, unitário e combativo", como definiram seus organizadores. Serão colados 10 mil cartazes na

cidade e distribuídos 1 milhão de panfletos pelos sindicatos.

A panfletagem será realizada principalmente nos locais de grande concentração, com a realização de mini-comícios no Largo da Concórdia (2ª feira), Avenida Paulista (3ª), Metrô Tatuapé (4ª), Largo 13 de Maio em Santo Amaro (5ª), e na região central da cidade na sexta-feira. Todos os mini-comícios serão realizados das 16h30m às 18h30m.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura, articulada com o evento, organiza a presença de mais de 100 sindicatos de sua área em todo o Estado, para fortalecer a manifestação.

Entidades como a ABRA, CPT e outras, que recentemente organizaram ato pela reforma agrária na Câmara de São Paulo, vão participar também da manifestação do dia 26, e saudaram a iniciativa da Conclat. É uma importante atividade do apoio concreto dos trabalhadores urbanos à luta pela posse da terra a quem nela trabalha.

ESPIONAGEM ARBITRÁRIA

Mas ao tempo em que os trabalhadores se articulam nessa importante luta, o sinistro serviço de espionagem criado pela ditadura, o SNI, anuncia uma operação contra a reforma agrária. No dia 15 o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, comunicou ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, que acionou o SNI para que verifique a ideologia política dos funcionários encarregados da implantação da reforma agrária.

Trata-se de uma medida arbitrária, em que os espíões investirão contra todos os que não defendam o latifúndio. Através dessa medida, que precisa ser energeticamente condenada pelas organizações democráticas e populares, o general dá o recado: não aceita a reforma agrária e aciona seus agentes para lutarem contra ela.

Atos na capital e interior

Atos em defesa da reforma agrária começam a suceder em São Paulo. No dia 14, mais 2 mil pessoas foram ao Ginásio de Esportes de Santa Fé do Sul defender a posse da terra para quem nela trabalha. Na oportunidade foram denunciadas pressões dos latifundiários locais contra a manifestação. Mesmo assim caravanas de várias cidades próximas foram a Santa Fé do Sul. A seguir, alguns atos programados no Estado: Dia 21, em Palmeira do

Oeste, pela manhã. Dia 26, passeata de trabalhadores rurais na capital. Início às 8 horas, diante da Frente Nacional do Trabalho (av. Ipiranga, 1267); às 12 horas, manifestação em frente ao Incri; às 16 horas, manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Dia 26, ato no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, às 18h30m (veja detalhes na matéria nesta página).

Dia 3 de agosto, ato em Itapetininga, às 13 horas.

Grileiros voltam a invadir Sarampo e ameaçam posseiros

Os latifundiários e grileiros de Canavieiras estão preparando novos ataques de pistoleiros. Recentemente, 4 posseiros foram assassinados na região, na chamada "Chacina do Sarampo". No início do mês, mais de nove pistoleiros voltaram a Sarampo, para espionar os lavradores. Domingo, dia 14, os grileiros realizaram uma reunião na praia, e foi apurado que estão armando um esquema para atacar mais de 60 famílias de posseiros no distrito de Poxim, valendo-se de 40 pistoleiros.

denuncia que em Santa Luzia os posseiros não podem mais ficar em casa, porque os pistoleiros estão fazendo diversas ameaças. Em Betânia e Ramal de Barreiras, alguns posseiros foram procurados pelos jagunços. Deixaram suas casas, se ausentando até que as autoridades tomem providências. Quando a polícia chega ao local, os pistoleiros somem, para reaparecerem quando os policiais saem.

Devido a esta situação, os lavradores não podem plantar e nem trabalhar nas terras que ocupam há muitos anos. Restalhes as opções de enfrentar armados os jagunços e grilei-

ros, ou sair da terra - o que a maioria não aceita

O município de Canavieiras está ficando um barril de pólvora, prestes a explodir, se não forem tomadas providências pelos órgãos governamentais responsáveis pela aplicação da reforma agrária.

Os grileiros da área que tratam pistoleiros são conhecidos da polícia e do governo estadual. É o caso de Hélio Nascimento, João Guilherme, José Rincero, Ariano Loureiro, Abdala Habib. Este último ameaça os posseiros de Poxim e Anísio Loureiro. (da sucursal)

UNE realizará em S.Paulo seminário da universidade

Cerca de mil representantes de entidades ligadas ao ensino superior de todo o país deverão estar presentes no 4º Seminário Nacional de Reforma Agrária, entre os dias 24 e 28 de julho, em São Paulo. O evento, promovido pela UNE, adquire especial relevância pelo fato de se realizar depois de um hiato de 18 anos, causado pela repressão militar.

são tentou cercear qualquer debate aberto que questionasse a estrutura na universidade. Mas mesmo com todos estes percalços a UNE realizou em 1967 - escondido da polícia - um seminário nacional para debater as recentes medidas aplicadas pelo governo militar no sentido de reformar a universidade, sob orientação de técnicos do governo americano.

mos as entidades estudantis a realizar debates preparatórios - o que ocorreu em quase todos os estados".

AS PROPOSTAS DA UNE

Durante o seminário a diretoria da UNE apresentará a sua proposta que deverá ser discutida e enriquecida com outras sugestões. São três os itens principais desta proposta:

A UNIVERSIDADE FALIDA

Depois de quase duas décadas, estão à mostra as consequências deste modelo: as universidades públicas estão falidas e com o seu espaço físico em processo de deterioração; evasão dos professores por falta de condições de trabalho adequadas; paralisia de serviços considerados essenciais, como os hospitais universitários; currículos desvinculados da realidade brasileira e também do mercado de trabalho; e falta de democracia no interior das universidades.

Como consequência geral desta política, de 1981 a 1982 (são os últimos dados disponíveis) diminuiu em 13,5% o número de matrículas. Diante destes fatos, Antônio Martins, diretor da UNE, explica que "é necessário que os estudantes, e o restante da comunidade universitária e todo os setores da população interessados no avanço do ensino iniciem uma espécie de plano de salvação e de transformação da universidade, que seria a reforma universitária".

"Dando início a este processo - acrescenta Antônio - nós nos propusemos no último congresso, no ano passado, a realizar o seminário. Orienta-

1) Quanto ao conteúdo de ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Nesse ponto a UNE acha que a universidade deve participar do esforço da população para garantir a conquista da democracia para avançar rumo à independência nacional e alcançar melhores condições de vida para o povo. Para isso deve-se modificar os currículos da universidade visando o avanço da ciência e da tecnologia nacional, a fim de que os profissionais possam ajudar a resolver os problemas crônicos que afetam a população.

2) Quanto ao financiamento da universidade. Hoje a maioria dos estudantes (63%) estão matriculados em escolas particulares. A UNE quer a expansão das vagas na rede pública; a recuperação das atuais universidades públicas e a criação de cursos noturnos, favorecendo o acesso dos trabalhadores ao ensino superior.

3) Democracia nas universidades. A UNE propõe eleições diretas para os cargos de direção nas universidades e a democratização dos conselhos de direção, aumentando a presença dos estudantes e permitindo a participação de setores populares organizados, como os sindicatos, por exemplo.

TRADIÇÃO DE LUTAS

O movimento estudantil desempenhou um papel destacado nas lutas por mudanças na universidade, retirando seu caráter elitista, como também nos embates travados por toda a sociedade - como por exemplo apoio à campanha pelas reformas de base no governo Goulart, contra o imperialismo e a ditadura.

Com o período de relativa liberdade no início da década de 60, houve grandes debates para discutir os rumos da universidade no país. Em 1961, 62 e 63 realizaram-se, respectivamente, o 1º, 2º e 3º Seminário Nacional de Reforma Universitária. Durante o 2º Seminário é aprovada a "Carta de Curitiba", onde a UNE propõe que os estudantes participem dos órgãos colegiados de administração da universidade, na base de um terço e com direito a voto. Faz-se uma greve nacional com mais de dois meses de duração a fim de pressionar a aprovação da lei de "um terço".

Com o golpe militar a repres-



Ato da UNE no Rio, em 1962, em defesa da reforma universitária

Moradores de Centreville fazem festa para comemorar ocupação

Há três anos, no dia 16 de julho, os moradores de Santo André, no ABC paulista, iniciaram a ocupação das casas abandonadas do Conjunto Habitacional Centreville. Na semana passada foi comemorada a data com gincanas esportivas, quermesses e rodas de samba. O ex-metalúrgico João Batista Lemos, um dos líderes da ocupação explicou à TO o significado daquela resistência: "Foram três anos de resistência e de luta dos moradores. Lutamos por tudo que os trabalhadores mais têm necessidade: moradia, iluminação pública, água".

incabadas que ficaram abandonadas por seis anos. Com a crise de desemprego aumentando, os moradores das favelas e bairros vizinhos decidiram ocupar as moradias abandonadas.

ENFRENTANDO A POLÍCIA

A ocupação foi feita em duas etapas. A primeira se deu a 16 de julho de 1982. Quase cem famílias enganaram a vigilância da entrada do conjunto e tomaram conta das casas. Durante mais de seis meses enfrentaram as ameaças da polícia e dos vigilantes. Para isso se mantiveram unidos e coesos. Enfrentaram a repressão e os tiros de revólver mas não cederam. Em fevereiro do ano seguinte o restante das casas que ainda permaneciam

vazias foram ocupadas. Durante estes três anos a principal preocupação dos moradores foi tentar a legalização da propriedade de suas casas através da Caixa Econômica e com o governo estadual. Mas até o momento este objetivo não foi alcançado. Mas outras conquistas foram conseguidas. Água encanada, esgoto, iluminação nas casas, creche, padaria, loja de calçado, açougue são alguns dos benefícios já conseguidos.

PRESEÇA DAS MULHERES

Desde o primeiro momento as mulheres tiveram uma presença marcante na luta pela moradia no Centreville. No início havia mulheres que carregavam seu filho num braço e na outra mão um tijolo para defender a sua casa. "As mulheres continuam com a mesma disposição" declara Raquel Ferraz, secretária da Associação União e Luta dos Moradores de Centreville. E acrescenta: "É necessário lutar para se conseguir um teto melhor, uma educação decente. Com a Nova República é uma boa hora do povo cobrar esses direitos que ele tem".

Mercedes Sichmann explica como as mulheres se conscientizaram na luta. "No início alguns maridos chamavam a gente de vadias por causa da nossa participação. Mas depois, conversando a gente esclarecia e hoje eles participam também".



Entrega das taças disputadas nos jogos realizados no Centreville

Previdenciários lutam nos Estados por salários dignos

Após dois meses de tentativa de negociação com o governo federal, os funcionários da Previdência Social de 12 Estados brasileiros entraram em greve desde o dia 10 de julho por melhores salários. Embora grande parte dos grevistas apresentem hollerits de irrisórios Cr\$ 175 mil mensais, estão sofrendo virulento ataque dos meios de comunicação, que fazem de tudo para indispor a população.

"A greve não é contra a população - afirma Mônica Nogueira, diretora da União Nacional dos Servidores Públicos. Ela é a favor do povo, porque estamos exigindo melhores condições de trabalho, técnicas e humanas. Dessa forma poderemos prestar melhor serviço".

"Além disso, prossegue, divulgamos uma nota explicando que os problemas que enfrentamos são de responsabilidade do governo que implantou uma política inadequada de saúde em sua própria rede hospitalar, não oferecendo na maioria deles condições de prestar atendimento de urgência à população. Um exemplo é o Hospital Brigadeiro, em São Paulo, que atende um grande contingente de usuários sem dispor de uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e nem de um Pronto Socorro e sim de um SPA (Serviço de Pronto Atendimento), na prática um imenso ambulatório de atendimento rápido".

A greve dos previdenciários não inclui os médicos: é dos funcionários que foram prejudicados pelo ministro Jarbas Passarinho que "concedeu", no último mês do governo Figueiredo, um adicional de 80% sobre a maior referência da categoria para os médicos. Em briga posterior, os funcionários de nível superior conquistaram o adicional de 80% sobre sua menor referência. E a esmagadora maioria dos trabalhadores, que ganha inclusive abaixo do salário mínimo durante quatro meses por ano, não recebeu nada.

No entanto, na maioria dos Estados os médicos estão solidários com o movimento. Em São Paulo, o Dr. Jamil Murad, secretário geral do Sindicato dos Médicos e membro do Comando de Greve, afirmou que não existe planejamento na área de Saúde. "Na realidade - disse ele - ainda sofremos consequências de uma política que visava a privatização do setor. Enquanto a Previdência Social não funcionar devidamente, as clínicas particulares de muitos médicos, sem senso de ética ou preocupa-

ção humana, enriquecem rapidamente. Além disso, a assistência médica é feita sem equipe. Não achamos justo dar aumento para os médicos e não para as categorias que necessitam mais, porque recebem menos. A Nova República deve trazer modificações nessa política. Ela abre espaço para uma luta que trará melhorias para os previdenciários e usuários".

SALÁRIOS DE FOME

Segundo dados do comando de greve, cerca de 70% dos previdenciários são classificados como de "nível médio". Isso inclui desde o pessoal de cozinha até os auxiliares de enfermagem. E a faixa salarial desse pessoal chega no máximo a cerca de Cr\$ 600 mil. Dona Carmem Gomes da Silva, por exemplo, funcionária da Superintendência do Inamps há 22 anos, três filhos, ganha Cr\$ 430 mil por mês. "Tenho dois filhos casados - diz ela. Mas um eu tenho que sustentar. E esse salário não dá nem para o aluguel".

Outro problema que os grevistas enfrentam é o rebaixamento na profissão. Um gasoterapeuta, que preferiu não se identificar, recebe Cr\$ 350 mil por mês e sob pretexto de que "essa profissão não existe" foi registrado como atendente. "No entanto, diz ele - sou eu que cuido do oxigênio de quem está sendo operado. Tenho grande responsabilidade nas costas. Na prática minha profissão existe. Mas na teoria é mais fácil dizer que não tem. Assim ganho menos...".

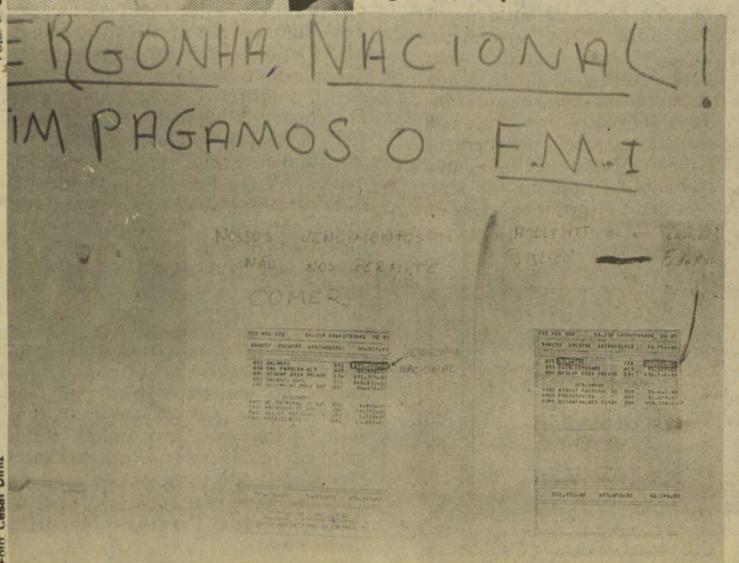
O escândalo da grande imprensa sobre as mortes ocorridas por "omissão de socorro" também não se justifica. Quem frequenta os hospitais, inclusive os particulares, constata que morre gente todo o dia de fome, doença, falta de encaminhamento adequado etc. mas a primeira morte no período de greve, uma senhora de 78 anos, diabética, com insuficiência cardíaca e outras doenças crônicas, mereceu escandalosas manchetes. No entanto, a diretora em exercício do Hospital Brigadeiro, dra. Eponina Waitzeberg, ponderou que "a paciente veio de Parelheiros (a 40 kms de São Paulo), passou por quatro hospitais com UTI e veio parar justo aqui que não tem este tipo de atendimento. Além disso não veio acompanhada por um médico, nem houve contato telefônico anterior com o hospital como deveria ocorrer".

Perguntada sobre o nível salarial dos funcionários do hospital, a dra. Eponina declarou que "ganham muito pouco. Nem se justifica mais a existência desses salários".

Esta situação de trabalho e de vida dos previdenciários facilitou o alastramento da greve, que tem tido uma adesão superior a 80% nos Estados onde já chegou, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Piauí, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, paralisando igualmente hospitais e ambulatórios.

Os grevistas têm se esforçado duramente para conquistar um canal de comunicação com o governo, com a abertura de negociações. Continuam lutando para serem ouvidos e levados a sério pelo ministro Valdir Pires e estão receptivos a uma contraproposta que leve em conta suas reivindicações. (Olívia Rangel)

Mônica Nogueira, diretora da Umsp; Jamil Murad, do Sindicato dos Médicos; Abaixo hollerits de previdenciários do Hospital Brigadeiro, comprovam salários de fome



Funcionários do Hospital Miguel Couto protestam contra a intervenção cantando o Hino Nacional

Grevistas unidos enfrentam arbitrariedades de Brizola

Os profissionais da saúde do Rio de Janeiro continuam em greve. A solução para o movimento, que já completou dois meses, vem esbarrando nas atitudes arbitrárias do governador Leonel Brizola. Além de se negar a dialogar com os trabalhadores, o chefe do PDT desencadeou uma vergonhosa onda de repressão e calúnia para torpedear a paralisação.

Há poucos dias, os profissionais da saúde voltaram ao trabalho, a pedido do próprio Brizola, com o objetivo de encontrar uma saída para o conflito. Foram oito dias de "trégua", mas o governador não atendeu a nenhuma reivindicação dos grevistas. O movimento foi retomado e o chefe do PDT ficou furioso, lançando-se numa escalada insana de repressão.

Brizola decretou calamidade pública, buscou jogar a população contra os trabalhadores da saúde, recorrendo inclusive a uma maciça propaganda nos meios de comunicação (TVs, rádios, jornais e até mesmo o Diário Oficial do Estado), instigando a população a invadir os hospitais e exigir atendimento.

Além disso, mobilizou a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros para o atendimento, quando estas corporações não possuem sequer condições para responder plenamente às emergências médicas de seus quadros. Diante da unidade demonstrada pelos grevistas ele decretou a intervenção nos hospitais.

Anticomunismo e violência contra os trabalhadores

E, ainda, como um produto indissociável da truculência, o governador evoluiu para um mesquinho e doentio anticomunismo, atribuindo aos comunistas toda a direção e o "incentivo" à greve.

Brizola designou como interventores secretários estaduais e municipais de áreas completamente estranhas à saúde. Mas só tem colhido a antipatia e o repúdio de entidades e personalidades democráticas e populares do Estado com essas medidas caudilhescas.

A intervenção nos hospitais, a mais exagerada atitude de Brizola, acabou fazendo o feitiço virar contra o feiticeiro. Assim que assumiram seus novos "postos", os secretários do governo passaram a exigir suprimentos indispensáveis ao funcionamento dos hospitais, como mercúrio cromo, algodão, lençóis; e acabaram levando a conhecimento público a necessidade de obras para consertar goteiras em diversos ambulatórios. A situação se agravou com o pedido de demissão de vários assessores do governo.

Segundo informações do próprio governo pedetista, Brizola sempre teve conhecimento de todos os problemas que afetam a saúde no Estado e, apesar de dispor de pelo menos Cr\$ 1,75 trilhões no orçamento estadual para aplicar no setor em 1985, tem desviado as verbas para outras finalidades ou "segurado recursos" aumentando a crise.

A violência das intervenções vem sendo firmemente repelida pelos profissionais. No Hospital Miguel Couto, o secretário de Turismo, Trajano Ribeiro, foi recebido com os seguintes dizeres em um quadro negro, bem dentro do espírito carioca: "Agência Miguel-tour: roteiros - PDT maravilha (visita aos hospitais); Moreno Tropical (saneamento da Baixada) roteiros que levam a hospitais falidos e valões abertos na Baixada".

Os funcionários do Miguel Couto também realizaram uma manifestação de protesto à intervenção, onde levantaram as reivindicações para melhor atender à população, exigiram a saída dos "corpos estranhos" aos hospitais municipais e estaduais e o reinício das negociações para encontrar uma solução.

No Hospital Salgado Filho, a Polícia Militar pressionou diretamente os profissionais que faziam triagem dos pacientes de emergência e proibiram a realização de assembleias. No Hospital Getúlio Vargas, Brizola acompanhou o interventor Brandão Monteiro, juntamente com 60 funcionários do Detran, que afirmaram estar preparados para enfrentar à força as equipes de triagem que resistissem.

No Iaserj, o membro da Comissão de Negociação eleita pelos trabalhadores, Luiz Inácio do Nascimento, relatou que foi ameaçado pelos interventores, que o proibiram de sair de seu setor, de participar de assembleias, ao mesmo tempo que insinuaram que se Nascimento se filiasse ao PDT teria "as costas quentes".

Maria Polônia Lopes Lima, presidente da Associação de Funcionários do Hospital Souza Aguiar (Afusa), afirmou que está "chocada" com as atitudes de Brizola, em particular com a afirmação de que os trabalhadores estão adotando posições discriminatórias no tratamento da população negra: "É um absurdo", disse, pois se



Grevistas procuram explicar sua luta a população carioca

pre atendemos aos casos de emergência. Eu, como negra, jamais negaria o atendimento aos meus irmãos de cor e sei que os profissionais da saúde não fazem este tipo de discriminação".

A presidenta da Afusa afirmou ainda: "Eu, na minha pouca visão política, vejo tudo isto como uma contradição de um governo que se diz democrático e socialista. Os funcionários sentem-se constrangidos e repudiam a presença de elementos estranhos nos hospitais, cortando ponto e impedindo o nosso livre trânsito. Nosso ânimo, porém, está elevado e é cada dia maior em função do apoio de entidades como a Famerj, Faferj, Conclat, CUT, OAB, ABI, CRM, CFM e muitas outras, assim como de parlamentares. A repressão é grande, mas a nossa unidade também".

"Brizola está agindo como Hitler e Nero"

Ela acrescentou que Brizola "mostra que não sabe negociar, nem respeita o direito de greve, o que não é bom para quem tem pretensões de chegar a ser presidente da República. Já Martha Trindade, secretária da Afusa, disse que, ao contrário do que o governador alardeia, "a população tem sido muito bem tratada pelos trabalhadores em greve. Nós temos procurado deixar o mais claro possível o caráter das nossas reivindicações, levando populares para visitarem os hospitais, a fim de que se inteirem da realidade".

"No Souza Aguiar", continua, "todo o subsolo, onde fica a lavanderia e a roupa contaminada é lavada, se encontra em péssimas condições. Os funcionários trabalham em meio ao vapor, sem lutas ou máscaras, arriscando-se a pegar infecção hospitalar. As enfermeiras funcionam com apenas um auxiliar de enfermagem para uma média de 48 pacientes internados. No Hospital

ros suficientes e em condições e há banheiros onde faltam até mesmo vasos sanitários. Além disso, o hospital não faz exame de glicemia, que serve para medir o açúcar no sangue e é essencial pra o tratamento da diabetes. Dos oito aparelhos de RX apenas um funciona, num hospital que atende em média 1.500 pacientes de emergência por dia, fora os internados, em média de 600". Diante deste quadro, Martha Trindade desbafa: "Só posso classificar um governo deste de fascista, pois Brizola é uma mistura de Hitler com Nero".

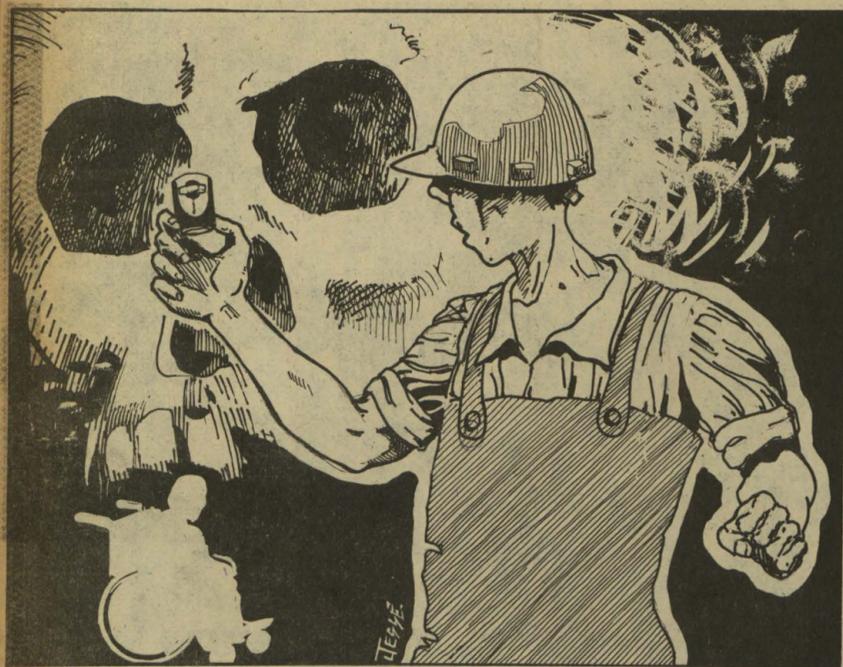
Por seu turno, Maria Dolores, da Comissão Provisória do Partido Comunista do Brasil, no Rio, depois de refutar as acusações de Leonel Brizola contra os comunistas, acentua que o governador "quer esconder a falência de sua administração, especialmente agora que estamos às vésperas das eleições para prefeito da capital. A greve dos funcionários revela o descalabro da administração brizolista no setor da saúde. Brizola atribui aos comunistas um papel que não é verdadeiro: de inventar a realidade. Os comunistas não criam a exploração, não criam a luta dos oprimidos. Os comunistas, como gente do povo, participam da luta dos interessados nas conquistas de dias melhores. O pragmatismo de Brizola visa impedir que esta greve leve à derrota do seu candidato à Prefeitura, dentro de sua estratégia paranóica de chegar ao Planalto em 1986 a qualquer preço - nem que seja identificando-se com posturas direitistas, mantendo a capa de populista".

O movimento tem recebido apoio de personalidades e entidades progressistas. O presidente da ABE, Barbosa Lima Sobrinho, de impecável trajetória democrática, além de hipotecar solidariedade aos grevistas, trabalha para que as principais entidades da sociedade civil façam uma intervenção conjunta ao governador Brizola a fim de chegar ao diálogo.

Foto: L. Carlos Leite

Foto: L. Carlos Leite

Foto: César Diniz



Os jovens precisam conhecer folclore, perder a alienação

A União da Juventude Socialista de Vila Prudente junto com a Sociedade Unida da Favela do Parque Santa Madalena, promoveu no último domingo um dia de atividades culturais e políticas, com grande descontração e muita alegria. A Juventude local comemorou a festa do guerreiro alagoano. O presidente da Sociedade da Favela, Sr. Paulo Rosa, e o seu vice-presidente, Anacleto, declararam que tal festa faz parte das tradições e do folclore Alagoano. O objetivo da promoção é fazer com que a juventude atual, que por mais de 20 anos foi subjugada e amordaçada por um regime ditatorial, que procurou nesse período aliená-la da verdadeira história do Brasil, conheça a realidade, as verdadeiras tradições culturais e políticas do país.

de-casa e, principalmente a criançada, que corriam com bandeirinhas para enfeitar o local. Era claro o ambiente de alegria reinante entre as pessoas. Não tardou muito para que as atividades se iniciassem. Corridas do saco, jogo das cadeiras, cabo de guerra, batata quente, brincadeiras de roda, corrida do ovo, sarapatel, show de viola, discursos políticos, piadas, compuseram o alegre e festivo dia. Com aproximadamente 500 pessoas, contamos com a presença do jovem Julião representando o PC do B de Vila Prudente, do suplente de Vereador Antônio Carlos Damião Gimenez, do PTB, do Vereador Antônio Carlos Fernandes.

O coro da União da Juventude Socialista cantou uma vaquejada do folclore alagoano, enfatizando em suas palavras a necessidade da Juventude lutar de forma consciente e organizada, por mais emprego, cultura e esporte, e pelo direito do voto aos 16 anos.

(Messias Gomes de Souza, coordenador Geral da U.J.S. de Vila Prudente - São Paulo)

Por entendermos que um povo alienado das suas raízes culturais é um povo eternamente explorado, achamos de fundamental importância a promoção de tal evento. Mal iniciava-se um novo dia, já se sentia no ar um clima diferente: eram jovens operários, estudantes, desempregados, donas-



fala o POVO

Amigo leitor: você trabalha, dá um duro danado na cidade, no campo, na escola ou mesmo dentro de casa. Derrama seu suor, muitas vezes dá sua vida para aumentar o lucro do patrão. É explorado ou sofre as consequências da exploração. Recebe mal e não tem o que comer.

Mas aqui você tem uma página à sua disposição. Nela você pode denunciar o que sofre, contar como ocorre a exploração concretamente em seu local de trabalho.

A *Tribuna Operária* é um jornal a serviço dos explorados. E esta coluna é a página onde você é o jornalista que fala o que quer. Não deixe este espaço vazio. Ele já é pequeno para tanta coisa a se dizer... Não esqueça que os exploradores têm os meios de comunicação nas mãos. E não permita que eles "façam sua cabeça". Escreva para a TO. *Olivia Rangel*

É do povo a chave do tempo novo

Procuramos todo o nosso Estado feliz:

Em que país estará este estado maior?

No país do espelho, na República das bananas?

Seria no estado de exceção ou neste atual

Estado de transição?

Em nossa nação cariri bororó canindé

na grande nação do São Paulo, sabará, sapucaí ou santarém,

o povo espia pela fechadura do futuro: este Brasil velho

Ficará moço? a nova República renovará? quem vai apagar

a herança dos 20 anos deste estado de calamidade pública

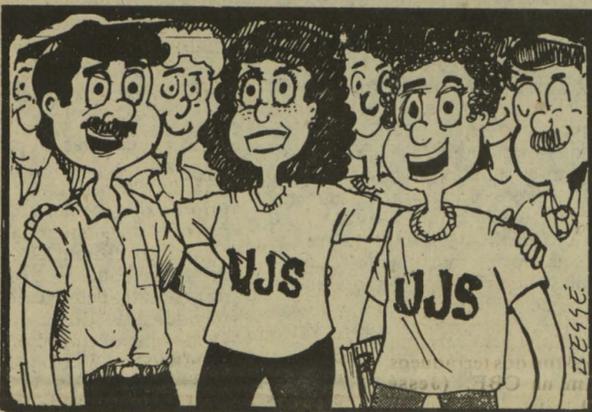
E notória?

A boca de cristal de nome História

Nos dá a resposta do destino nacional:

É do povo a chave do tempo novo.

(Rita Espescht - Belo Horizonte, Minas Gerais)



Adolescentes também se suicidam no Brasil

Fiquei sabendo que neste ano se suicidaram 150 jovens numa faixa de idade de 12 a 14 anos, segundo dados oficiais do governo, divulgados pela imprensa.

Ao ouvir estes dados fiquei perplexo e triste com a realidade do suicídio diário de nossa juventude.

Uma juventude desempregada, sem escolas, sem perspectivas nenhuma na vida. Uma realidade na qual os mais rebeldes são empurrados por interesses de alguns setores da sociedade para o vício da droga, que também é uma forma de suicídio coletivo patrocinado pelo grande capital. Nas esquinas de nossas cidades sempre tem alguém interessado num jovem dro-

gado. E a droga consumida pelos nossos jovens é uma forma de muitos banqueiros e empresários tirarem uma pedra pesada de seus sapatos.

Esses jovens cheios de vida e cor de repente descobrem que não existe em sua vida a mesma beleza das telenovelas. Descubrem também que o jovem no Brasil de hoje precisa de emprego, de conhecimentos, de lazer. E aí perguntam: Cadê a casa própria para seus velhos? Cadê o emprego para seus irmãos? Cadê o sonho de ser jovem?

Só uma minoria de jovens pode sonhar. O resto é privado de sua juventude. O jeito é brigar para melhorar isso. (Amigo da TO da Zona Sul de São Paulo - SP)

Na Universidade de Ouro Preto um espaço de liberdade

A Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), sob a influência da nova realidade brasileira, passa sob ação democratizadora do novo reitor Prof. Fernando Antônio Borges Campos, por uma onda de participação de todos os segmentos universitários à procura de seu espaço na condução dos destinos da universidade.

O corpo de funcionários técnico-administrativos consegue, a duras penas, encontrar seu lugar. Prova disso é a eleição da nova diretoria e dos conselhos deliberativo e fiscal da Assufop (Associação dos Servidores da Universidade), de cunho popular: funcionários de baixa renda mas de alta combatividade conseguiram a confiança de seus colegas e chegaram ao Conselho Delibe-

rativo e Fiscal da entidade. A vencedora, chapa Nova Assufop, goza hoje de crédito geral para levantar a quase falida Assufop da gestão anterior. Teve 400 votos dos quase 600 associados e seu presidente é Romeu Teixeira Campos, que trabalha na Imprensa da Universidade. (Um funcionário da Ufop Ouro Preto - Minas Gerais)

Leia e assinie a **Tribuna** Co-Operária Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois - Recife, Pernambuco

Muitos morreram para fazer a Ray-o-vac

Trabalhando 12 anos na Microlite, que fabrica as pilhas Ray-o-vac, eu e meus companheiros vivíamos péssimas condições de serviço, péssimo atendimento médico, o que causou a morte de companheiros. Por falta de responsabilidade do médico da empresa, Dr. Saul, e de médicos do convênio "Meca", operários ficaram com problemas de coluna por carregar peso, alguns chegando à invalidez. Companheiros se acidentaram por ter que fazer o serviço de dois operários; outros ficaram com o sangue da perna cozido pela alta temperatura dos fornos na seção "parafina".

A empresa não paga adicional de insalubridade, manda operários em tratamento médico embora. A poluição é altíssima. Ultimamente, diante dos protestos da vizinhança e denúncia dos operários, a situação melhorou um pouco.

A empresa contrata operários temporários, e se ele ganha, por exemplo, Cr\$ 400 por hora só Cr\$ 80 é do peão; às vezes a empresa efetiva o peão por um mês e

depois manda embora. Existem grandes injustiças salariais, cada setor tem 3 ou 4 faixas. Embora o operário faça trabalho especializado, nunca é registrado como operador de máquina, prentista ou outra função, ficando profissionalmente prejudicado. A Cipa não funciona. Fui cipeiro há anos atrás. Naquela época a eleição era por setor elegia o seu representante. Hoje se indica três candidatos de cada seção, se elege os oito mais votados da fábrica inteira. Quer dizer, um companheiro combativo pode não ser eleito, tiram a chance de participação dos operários. As sugestões apresentadas nas reuniões passam de gestão para gestão e nunca são aprovadas sob a argumentação de falta de verbas.

Todos os anos os patrões dão férias coletivas, alegando acúmulo de estoque, não dando chance para o peão programar suas férias. Alegam também "perda" de concorrência, como aconteceu no começo de julho, quando dispensaram cerca de 300 dos 1.200 operários, aumentando a miséria do

povo, levando pais de família ao desespero e criando inclusive condições para aumentar a violência.

A ganância doentia por lucros, não permite que os capitalistas pensem em quem produz, nunca quiseram reduzir a jornada de trabalho, e há muitos anos lutamos por isso... Nós, os demitidos, achamos que esse ataque das demissões não deve à "perda de concorrência" como foi alegado pela empresa. Seu objetivo é esfriar nossas reivindicações por melhores condições de trabalho, pela redução de trabalho, pela colocação de ônibus da empresa aos operários que nela trabalham.

A luta dos companheiros que continuam na empresa deve ser melhor organizada. Nos marcos da Nova República se evidencia a luta de classes. É necessário conquistar o Sindicato para a defesa e readmissão dos companheiros e impedir assim novas demissões. E o Sindicato da categoria tem a obrigação de orientar e defender todos os operários. (Grupo de operários da Microlite - São Paulo - SP)



Greve do professorado pernambucano tem vitórias

Os professores da rede particular de ensino de Pernambuco resolveram voltar às aulas no último dia 12 de junho depois de três dias de greve. A decisão foi tomada em assembléia geral da categoria à qual compareceram cerca de 800 mestres.

Pela primeira vez as professoras do Pré-Escolar e 1º Grau Menor participaram ativamente. E se mostraram insatisfeitas com o acordo feito, dado que sua principal reivindicação não foi conquistada: a unificação do piso salarial pelo maior.

O professorado conquistou reajuste de 98,1%, quando dispensados sem justa causa receberam 40% de indenização sobre a remuneração por mês não trabalhado no semestre

letivo; as professoras do Pré-Escolar conquistaram duas gratuidades para seus filhos na escola onde lecionam, bem como foi ampliada a gratuidade para os filhos de outros professores; quando convocados para a organização de festividades ou recreação na escola os professores serão remunerados na base de hora-aula acrescida de 20%.

Uma cláusula que vai trazer prejuízos para o Sindicato e à categoria determina que os diretores da entidade que visitarem qualquer escola terão que avisar com antecedência de 48 horas.

Se por um lado a greve foi vitoriosa pelas conquistas obtidas e principalmente porque os mestres pernambucanos demonstraram

maior nível de organização, por outro lado registraram-se alguns fatos lamentáveis durante a campanha salarial. Um exemplo foi a não-publicação do edital de decretação da greve assumida publicamente pelo presidente James Beltrão, o que lhe causou demissão sumária como membro da comissão de negociação; posteriormente ele foi afastado da mesa que conduzia os trabalhos; tudo isso por votação unânime. O estrelismo e a manipulação por parte de alguns membros da comissão de negociação dificultaram também a campanha salarial o que, aliás, ficou evidente para a categoria dos professores. (Jurandir Pilar - diretor do Sindicato dos Professores - Recife, Pernambuco)

Cartolas disputam a sucessão de Giulite na CBF

A sucessão na CBF (Confederação Brasileira de Futebol), prevista para o início do próximo ano, começa a despertar a atenção ao provocar o primeiro de uma provável série de fatos desastrosos. Telê Santana decidiu retornar à Arábia e cumprir integralmente o seu compromisso ali assumido.

No Brasil, onde as entidades encarregadas de administrar o esporte servem menos a este do que aos projetos pessoais dos dirigentes, um cargo como a presidência da CBF só é suplantado em cobiça pela presidência da República ou pelos poderes de Estado. A entidade foi criada em 1980, quando o futebol desligou-se da CBD (Confederação Brasileira de Desportos). Seu primeiro e atual presidente, Giulite Coutinho, indicado por influência direta de Delfim Netto, tentou manobrar para permanecer no cargo num "mandato tampão" até o fim da Copa do México. Mas o casuismo não vingou.

Ninguém se apresentou abertamente como postulante ao cargo, porém a movimentação em torno do assunto é grande. Giulite parece contar com o apoio nas Federações do interior para fazer o sucessor. E não sofre mais a oposição de João Havelange, presidente da Fifa, que quase o derrotou nas eleições de 1983. Aliás, por causa dessa divergência é que a Copa do ano que vem deixou de ser programada para o Brasil. Havelange percorreu gabinetes e corredores de Brasília convencendo as autoridades que a promoção era deficitária, e com isso impediu que Giulite organizasse o mundial.

Os clubes do Rio apóiam Otá-

vio Pinto Guimarães. Os de São Paulo preferem José Ermírio de Morais, atual vice-presidente da CBF. Mas no fim, ambos, juntamente com as federações mais ricas e poderosas, devem se unificar numa chapa de consenso. Medrado Dias, atual diretor da entidade, trabalha para ganhar a preferência de Giulite, o grande eleitor no processo. Aquele que prometia ser um obsecado concorrente, Nabi Abi-Chedid, vice-presidente da Federação Paulista, resolveu sair do páreo.

SEM PROPOSTAS

Afora o nome, a procedência, e a base de apoio, nada difere os candidatos entre si. E se alguém ousar questionar qualquer um deles sobre planos e idéias para o nosso futebol, corre o risco de ver o infeliz morrer engasgado, babando sobre o microfone. Como nos pleitos anteriores, ninguém será ouvido e nem consultado acerca de nada, se não tiver para dar em troca um voto na eleição. É um filme muitas vezes reprisado e todos já conhecemos o final.

Um primeiro fato confirma essa previsão - a volta de Telê para a Arábia. O técnico é o preferido da maioria dos torcedores, críticos, jogadores e dos próprios treinadores. E no entanto, o presidente da CBF recusa-se a negociar com os dirigentes árabes a rescisão do contrato e a liberação de Telê, sob o argumento de que na eleição de janeiro pode tomar posse um dirigente com "idéias diferentes". O que nos faz pensar que esse cartola deve estar chegando num disco voador e antes de assumir já nos ameaça com a possibilidade de iniciar a preparação para a Copa bem em cima da hora, ao estilo dos terráqueos que reinam na CBF. (Jesse Madureira)



Crodowaldo Pavan (ao microfone) dá início à 37ª reunião da SBPC em Belo Horizonte: Nova República presente

Cientistas discutem sua ação na Nova República

A 37ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) realizou-se este ano no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foram discutidos temas sobre diversas áreas da ciência, mas a Constituinte galvanizou as atenções. A presença de vários ministros da Nova República também contribuiu para inaugurar uma nova fase para as reuniões.

Com a Nova República, a comunidade científica deixa de utilizar as reuniões da SBPC apenas para registrar sua oposição e sua resistência aos desmandos que ocorreram durante o regime militar e passa a cavar espaço para uma participação efetiva nas decisões do governo. Passa a discutir os problemas mais candentes do povo, no sentido de instrumentalizar o governo nas diversas áreas de sua atuação.

O número de inscrites neste ano foi aquém dos 6 mil previstos. Na verdade, não chega a 5 mil. Mas isso está sendo creditado antes de tudo ao elevado preço das inscrições (Cr\$45 mil), já que o número de participantes chegou a 8 mil pessoas, quase a metade sem inscrições.

CONSTITUINTE EM DEBATE

O assunto mais discutido este ano foi a Constituinte. Inúmeros debates, ligando a Constituinte a temas como juventude, educação, comunidade científica etc., foram realizados. O ministro da Justiça, Fernando Lyra, proferiu palestra sobre "Ciência e Constituinte", que não constava do programa oficial. Foi ouvido por cerca de 2 mil estudantes, cientistas, intelectuais e curiosos, quando afirmou: "Necessitamos da experiência e do inconformismo dos cientistas colocados a serviço da nação para exigir autonomia tecnológica, sem a qual não haverá desenvolvimento e independência em nosso país".

Mais adiante ressaltou: "O importante é que procuremos eleger candidatos comprometi-

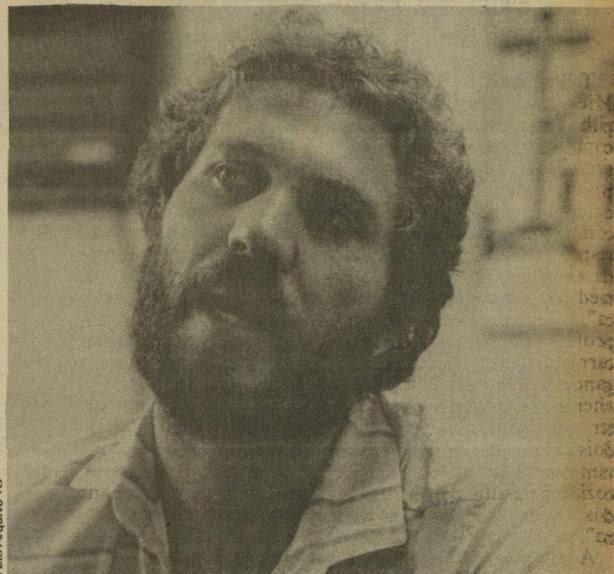
dos com os problemas da nação. Somente através da organização do povo conseguiremos eleger uma Constituinte sintonizada com os interesses nacionais".

O professor Ennio Candotti, físico e redator da revista "Ciência Hoje", colocou ao final da palestra do ministro Lyra que a SBPC nomeou uma comissão para coordenar sua contribuição à Constituinte, destacando que "a presença significativa da comunidade científica nesse debate é necessária, para que possamos não só contemplar os problemas atuais, como também importantes problemas do futuro na Constituição".

O GOVERNO NA SBPC

Durante os negros anos de regime militar a SBPC funcionou como um fórum de resistência e de denúncia contra os casuísmos colocados pelo governo. Durante este período dezenas de cientistas foram expulsos do país. Neste ano, a SBPC perde esse caráter e assume um novo papel. Agora o governo vem à SBPC para debater diversos temas, como Educação, Reforma Agrária, Ciência e Tecnologia, Política Cultural etc.

O professor Clodowaldo Pavan, eleito pela terceira vez para a presidência da entidade, deu um exemplo bem concreto desta transformação: "Foi do ministro da Justiça que partiram as maiores injustiças contra o país e contra os cientistas que foram afastados do país sem sequer terem sido julgados. Hoje o ministro da Justiça está aqui, para debater junto com os cientistas".



Renildo: UNE na programação oficial

O professor Willy Beçak, diretor técnico do Instituto Butantã, destaca a importância do entrosamento entre cientistas e governo: "Em um país capitalista desenvolvido pode-se contar com o capital privado para aplicações no desenvolvimento da tecnologia. Já em um país dominado pelas multinacionais, como o Brasil, não existe o interesse nestas aplicações por parte destas empresas. Portanto o Estado tem maior responsabilidade, porque no que ele não investir, não será desenvolvido".

Outra constatação importante é a de que o governo começa a formar assessorias com cientistas e técnicos para auxiliar os diversos ministérios a traçarem políticas nos diversos setores. Um exemplo disso é a assessoria de biotecnologia, que atuará no Ministério da Ciência e Tecnologia.

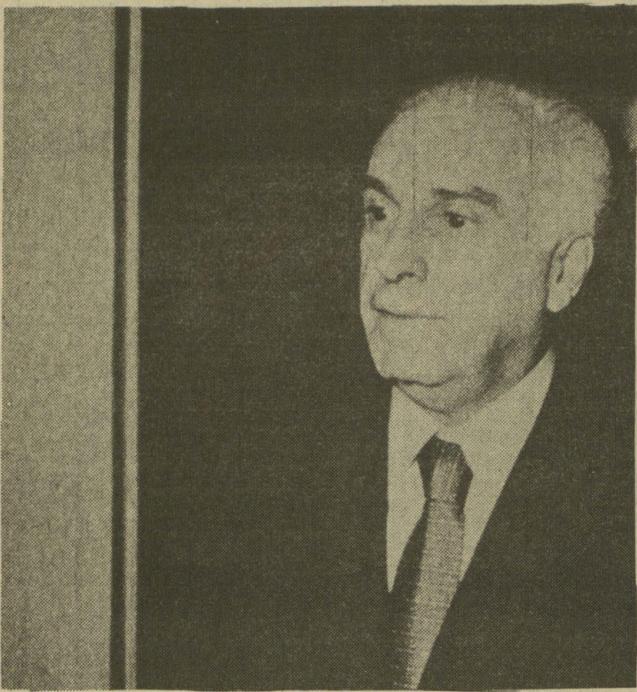
PARTICIPAÇÃO DA UNE

Também a União Nacional dos Estudantes inaugurou, este ano, sua participação oficial na SBPC: "Foi uma participação muito ativa", conta Renildo Calheiros, presidente da UNE.

"Nós promovemos uma mesa redonda sobre 'O momento político e a participação da Juventude', que contou com a presença do jornalista e ex-presidente da UNE Duarte Pereira e do jornalista Luís Fernando Emediato. Preferimos, também, uma conferência sobre 'A UNE e a Reforma Universitária', que foi coordenada pelo ministro da Cultura, Aloísio Pimenta. Outro passo importante, também ocorrido pela primeira vez, foi o fato de que a UNE e a União Estadual dos Estudantes de Minas terem coordenado a recepção e o alojamento dos quase 2 mil estudantes que foram à SBPC."

DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesta 37ª reunião da SBPC, o que se colocou tanto para os cientistas como para o governo foi a questão da democratização do conhecimento. Essa democratização é um dos fatores que impedirão que entremos em canoas furadas como o Acordo Nuclear, e que evitarão a criação de novos "cubatões" no Brasil. (Isa Trajtengertz, enviada especial)



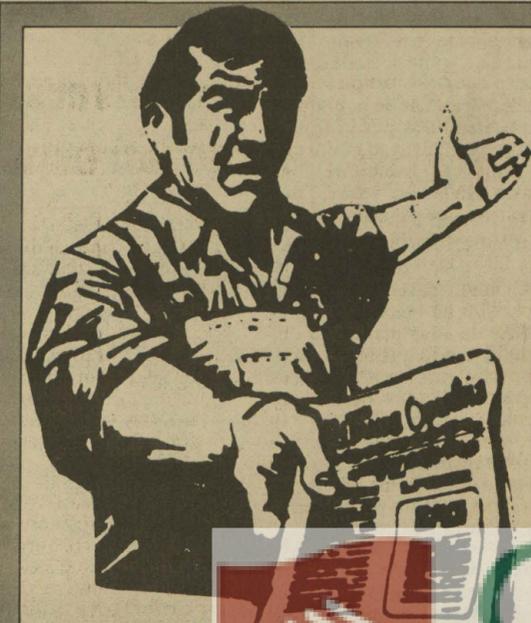
Giulite Coutinho deixa a presidência da CBF no início de 1986

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lutosza, Bernardo Jofilly, Olívia Rangeli. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44000. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (Igrúdio da antiga Cimesil) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Garônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 280, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Epitô, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7805 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Caicadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 705, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 766 - Cidade Alta - R.M. CEP 59000. ALEGRE: Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves 1589, sala 403 - CEP

96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha 1235, sala 20 Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 10 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua do Rosário, 135, sala 302 - Centro - CEP 20000. Niterói: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilas, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Colabore com a Campanha Nova República da Fundação Maurício Grabois

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Annual (52 edições) Cr\$ 100.000
- Annual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (13 edições) Cr\$ 12.500
- Annual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Endereço carta com seu pedido de assinatura para a Fundação Maurício Grabois, Rua Anita Garibaldi, 111, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Fone: 279-3646. Impressão, Cia. Juruá, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP

PRIVATIZAÇÃO:

Uma ameaça aos portuários de Santos

Os aproximadamente 30 mil trabalhadores do porto de Santos, no litoral paulista, estão sendo vítimas de uma perigosa ofensiva: a privatização. A cada ano que passa o governo vem arrendando enormes fatias da área portuária a empresas privadas, principalmente multinacionais, o que coloca em risco a soberania nacional. Com essa penetração, os operários ficam à mercê do desemprego e vêem seus salários caírem bruscamente.

A crescente presença de empresas privadas no porto de Santos tem gerado sérias dificuldades para os milhares de estivadores, operários de carga e descarga, operadores de guindastes, trabalhadores na administração portuária e demais categorias do setor. Conforme explica Benedito Furtado, presidente do respeitado Sindicato dos Empregados na Administração Portuária, "estes poderosos grupos empresariais, a maioria estrangeiros, não obedecem nem mesmo a legislação. Nos seus terminais privatizados os operários são contratados com salários bem abaixo da média da categoria, não recebem o adicional de produção e vivem oprimidos".

A denúncia do sindicalista é confirmada pelos trabalhadores que operam neste que é o maior porto do país, responsável por cerca de 50% das exportações e importações nacionais. "Nós estamos ameaçados de extinção", comenta um estivador. Outro, operário de carga e descarga há mais de seis anos, acrescenta: "Com a vinda destas empresas a nossa vida virou um inferno. Além delas pagarem bem abaixo do normal, reduzem o nosso mercado de trabalho".

Acordo com FMI favorece as multinacionais

A ofensiva da privatização se dá principalmente a partir de 1982, quando a Portobrás (órgão estatal que controla os portos do país) começa a escancarar as portas dos cais, permitindo a locação de vastas áreas para a iniciativa privada. Atualmente mais de um milhão de metros quadrados do porto santista já estão nas mãos destes grupos, como a Dow Chemical, Ultrafertil e Cutrale. Segundo Furtado, "isto se deve aos acordos com o FMI que previam desativar as empresas estatais, sucateá-las, facilitando a penetração do capital estrangeiro".

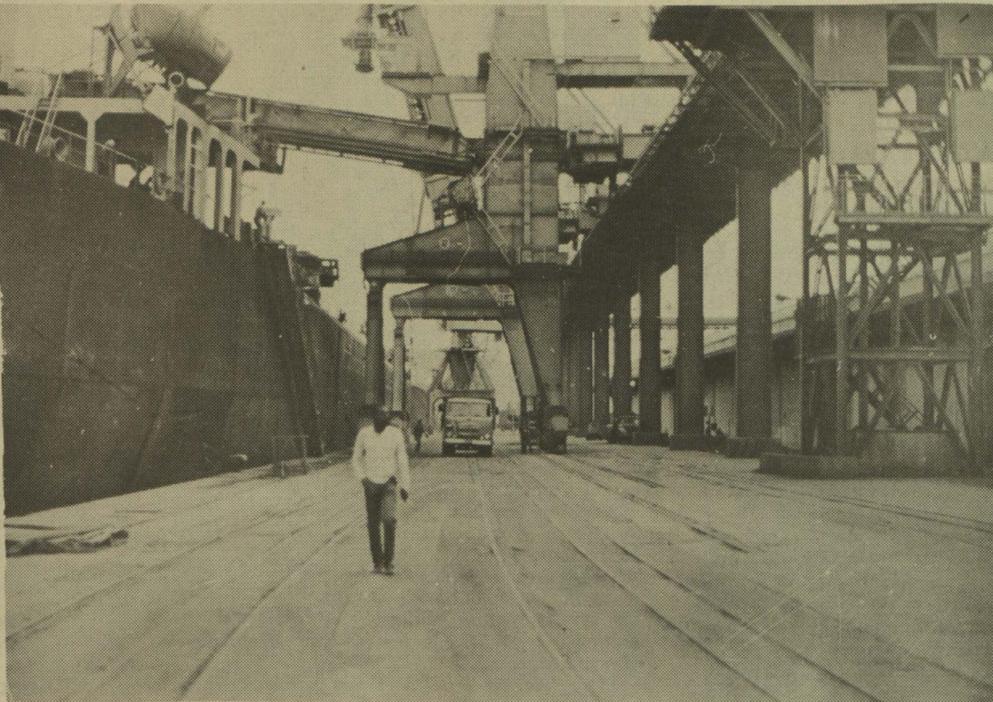
Num atentado à soberania nacional, o regime militar permitiu a instalação dos terminais privatizados. Nestes, nem mesmo o Sindicato tem condições de atuar. "Nós somos impedidos de visitar estas áreas, de fiscalizar as irregularidades nas condições de trabalho. Os companheiros que se sindicalizam são perseguidos, ameaçados", denuncia Furtado.

"Com a privatização o trabalhador é massacrado", comenta um motorista de empilhadeira, com 12 anos de experiência no porto. "Eles contratam o operário pagando pouco acima do salário mínimo; só dão uma hora de almoço; e não respeitam os direitos que os portuários conquistaram com luta através do tempo. Na Cutrale, Dow Chemical, Hamburg Sud, Lloyd, os nossos direitos vão por terra".

Para um outro portuário, com seis anos no setor, "o problema é que a Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo) não está admitindo mais ninguém. Ao contrário, só está aposentando. Isto porque, com a privatização, o mercado de trabalho fica escasso, não tem trabalho na estatal. O resultado é que a gente é empurrado para as empresas privadas".



Foto: Yone Simidzu



Furtado denuncia a ofensiva das empresas privadas que "vão reduzir o emprego e o salário no porto"

Modelo japonês: 35 mil demissões em uma década

Além da privatização, os operários do porto têm inúmeros problemas. Um dos que tem preocupado mais ultimamente é a rápida modernização dos serviços portuários, com a automação que gera constantes dispensas. A Codesp, por exemplo, tinha 13.300 funcionários em 1980, hoje tem cerca de 11 mil. E isto numa empresa estatal onde a estabilidade é mais garantida - na última campanha salarial ficou acertado que a Codesp só poderá demitir seis pessoas ao ano.

Contratados pelas empresas privadas, o risco do desemprego se torna mais assustador. Os poderosos armadores vivem dizendo que o Japão é o exemplo de produtividade e automação a ser alcançado - no porto principal desse país em 1974 haviam 50 mil operários e hoje há apenas 15 mil!

"Com a introdução dos containers (reservatórios de mercadorias) muitos pais de família foram para o olho da rua", lembra um operador de guindaste. "Agora estão falando na utilização em grande escala dos navios Roro, com os caminhões carregados entrando direto no rabo do navio. Ai é que não vai ter mais emprego para o operário de carga e descarga, para o estivador, consertador".

Cortina de pó cobre operários no Armazém 40

Segundo ele, "ninguém está contra o progresso. Só queremos é que respeitem o nosso suor. Nossa exigência é que sejamos recolocados em outros setores e não demitidos; que se reduza a jornada de trabalho; que a modernização beneficie também o operário". Mas ele mesmo ironiza: "Isso é sonho. Aqui a automação é só para dar lucro. Vê se eles se preocupam com as nossas condições de trabalho. O que diz respeito à saúde dos trabalhadores não é automatizado".

Numa rápida visita à área portuária é fácil comprovar sua denúncia. É flagrante o desrespeito às condições de trabalho. No famigerado armazém 40, onde é estocado o subproduto dos cereais, uma cortina de pó encobre os operários. "Trabalhei naquela poeira dois anos e meio. Vivia com ansia de vômito, falta de ar. Uma médica me disse que todo pó fazia mal. Mas aquele é pior ainda, porque o cereal vem



Foto: Yone Simidzu

Milhares de operários ameaçados pela rápida modernização do cais

cheio de agrotóxico. A firma sabe disso, mas não faz nada para nos proteger. A máscara que é dada sufoca a gente, machuca o rosto e deixa o pó penetrar. Nem banho quente a gente tem, sendo obrigado a sair à noite, no frio, correndo o risco de pegar uma pneumonia", relata um operário.

Já no cais do Sabó os operários ficam em contato direto com produtos químicos altamente perigosos, como o enxofre. E na Ilha do Barnabé recentemente ocorreram dois vazamentos de Acrilato de Etila, o que transtornou toda a cidade. Centenas de habitantes foram atendidos nos hospitais durante a madrugada com crises asmáticas, bronquite, tonturas. Nada se sabe dos operários que lá trabalhavam no turno da noite.

A maior parte dos 30 mil portuários não recebem sequer os 40% de adicional de insalubridade, sendo que todos estão expostos aos venenos que vivem espalhados pelo chão. Muitas vezes os operários não tem noção de que produto estão transportando. "No mês passado, uma turma de braçais carregou o tal do pó da china, que é altamente venenoso, letal. Ninguém sabia o que estava levando. As cargas costumam vir com os rótulos mudados para tapear o trabalhador", comenta um estivador.

A privatização crescente do porto e a conseqüente ameaça de piora da já deplorável condi-

ção de trabalho, tem despertado os portuários para a luta. Suas entidades sindicais começam a se movimentar, ainda que timidamente, para bloquear a privatização. A Unidade Portuária, entidade que congrega os nove sindicatos de trabalhadores do porto, tem feito reuniões para tratar do tema e já decidiu fazer uma grande agitação, com panfletos e cartazes unitários, para mobilizar a base.

Na segunda-feira, dia 15, a intersindical promoveu uma reunião na Câmara dos Vereadores para pedir o apoio dos parlamentares à luta pela preservação do emprego dos santistas e pela soberania nacional. Nesta, os vereadores se comprometeram a ativar a Comissão Especial sobre o tema já existente. Também para breve as entidades da Unidade Portuária manterão uma audiência com o ministro dos Transportes, Afonso Camargo, onde solicitarão da Nova República que breque a privatização.

Privatização desperta a base para a luta

Por sua vez, a privatização e a automação têm gerado grande debate entre os portuários, como atesta a recém criada organização dos comunistas do porto. Segundo um jovem militante do PC do Brasil, portuário há 12 anos, "San-

Crime contra a soberania

No dia 2 de fevereiro de 1892 o navio Nasmith atracou no recém-construído cais de Santos, inaugurando o primeiro porto organizado do Brasil. Durante quase um século a área esteve sob o controle de empresários brasileiros até que em novembro de 1980, encerrada a concessão, o porto passou a ser administrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), empresa de economia mista sob o controle acionário da Portobrás.

No entanto, nos últimos anos o cais vem sendo novamente aberto às empresas privadas, principalmente a poderosos grupos multinacionais. Por ser uma área vital para a economia brasileira, onde passam cerca de metade das nossas exportações e importações, a nova e voraz privatização representa mais um atentado à soberania nacional.

"Estão cometendo um crime contra o porto de Santos", alerta o vereador Geraldo Silvino de Oliveira, líder da bancada do PMDB na Câmara, ex-presidente do Sindicato dos Petroleiros da Refinaria Presidente Bernardes, cassado em 1964, e político comprometido com a luta dos portuários. Para ele, "a tese da privatização dos portos está relacionada com a tese do fim das estatais, conforme ditou o FMI. O objetivo é eliminar as estatais, sucatear ainda mais seus parques produtivos, e entregar tudo de mão beijada para o capital privado,

principalmente para o estrangeiro".

Conforme ele explica, "em termos políticos a entrega do porto é uma afronta a nossa soberania. Em termos econômicos é desastroso para os cofres públicos. Com os terminais privatizados perderemos milhões em divisas. As empresas privadas sonogaram em fretes, em impostos. Será oficializado o contrabando, porque ninguém terá acesso ao que está sendo exportado através dos terminais privados, dentro dos contêineres. E em termos sociais será o completo aviltamento dos trabalhadores".

CONTRABANDO FÁCIL

Silvino só lamenta que até agora o governo da Nova República não tenha tomado nenhuma iniciativa no sentido de conter a privatização. "Infelizmente os acordos entreguistas feitos pelo regime militar com o FMI ainda não foram enterrados pela Nova República. Pelo contrário, há gente neste novo governo que agora sustenta que é preciso entregar certas empresas estatais à iniciativa privada como forma de pagar a dívida externa. Isto é uma vergonha, é lamentável". Para Silvino, como outros vereadores progressistas da cidade, é urgente iniciar uma campanha no sentido de impedir a privatização completa da área portuária. "Os trabalhadores precisam se mobilizar e, contando com o apoio das forças patrióticas, temos que impedir que esta ameaça se concretize de vez".

Foto: Yone Simidzu
Geraldo Silvino: "impedir a concretização da ameaça"

tos já foi conhecida no passado como a cidade Vermelha, devido à grande combatividade da nossa categoria e a presença destacada dos comunistas. Agora, uma ameaça se abate sobre o porto e precisamos voltar a esquentar. Devemos retornar à nossa tradição. Precisamos conscientizar os companheiros sobre os perigos que nos rondam e ficar alerta para a luta. A gente nota que o pessoal não esquece o passado, fala bem dos comunistas, e está disposto a fortalecer os nossos Sindicatos e a participar da luta".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundo de História do Trabalho
(Altamiro Borges)